



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

AMANDA MESQUITA CRISTO

**JUSTIÇA AMBIENTAL EM TERRITÓRIO DE DESASTRES: UMA AÇÃO LOCAL  
DE RESISTÊNCIA EM SÃO SEBASTIÃO DO BURAJUBA / BARCARENA (PA).**

BELÉM - PARÁ

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C933j Cristo, Amanda Mesquita.  
Justiça ambiental em território de desastres : uma ação local de  
resistência em São Sebastião do Burajuba/Barcarena (PA) /  
Amanda Mesquita Cristo. — 2020.  
89 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria José da Silva Aquino  
Teisserenc

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2020.

1. Justiça ambiental . 2. Bem viver. 3. Quilombola. 4.  
Mineração . 5. Barcarena. I. Título.

CDD 301

---

AMANDA MESQUITA CRISTO

**JUSTIÇA AMBIENTAL EM TERRITÓRIO DE DESASTRES: UMA AÇÃO LOCAL  
DE RESISTÊNCIA EM SÃO SEBASTIÃO DO BURAJUBA / BARCARENA (PA).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Orientador: Dra. Maria José da Silva Aquino  
Teisserenc

BELÉM – PARÁ

2020

AMANDA MESQUITA CRISTO

**JUSTIÇA AMBIENTAL EM TERRITÓRIO DE DESASTRES: UMA AÇÃO LOCAL  
DE RESISTÊNCIA EM SÃO SEBASTIÃO DO BURAJUBA / BARCARENA (PA).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

DATA DA AVALIAÇÃO: 27 / 10 / 2020

CONCEITO: EXCELENTE

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc  
(PPGSA / UFPA – Orientadora)

---

Profª. Dra. Maria Dolores Lima da Silva  
(PPGCP / UFPA – Examinadora Externa)

---

Profª. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro  
(PPGSA / UFPA – Examinadora Interna)

---

Prof. Dr. André Luís Assunção de Farias  
(PPGEDAM / UFPA - Suplente Externo)

---

Profª. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura  
(PPGSA / UFPA – Suplente Interno)

BELÉM – PARÁ  
2020

Dedico esta conquista a Deus, pela fé e força espiritual que me ajudou a enfrentar e superar os desafios e obstáculos no decorrer desta jornada. Aos meus pais, a minha irmã e sobrinhos pelo incentivo e apoio.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora professora Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, que com suas orientações lapidou meu trabalho transformando-o de pedra bruta em diamante. Foram valiosas suas orientações para o meu crescimento intelectual e pessoal. Obrigada por compartilhar comigo seu saber e vasta experiência. Por toda atenção, compreensão e amizade.

À professora Cecília Geraldine Basile que me ensinou os primeiros passos na pesquisa na graduação (2011 – 2016) e pelos ensinamentos que instigaram e fomentaram minhas reflexões com relação a Barcarena. Obrigada, por sua amizade você me mostrou o caminho da pesquisa.

À professora Edila Arnald Ferreira pelos ensinamentos transmitidos através da disciplina Seminário de Dissertação. E por me ajudar a organizar ideias, tempo, objetivos, auxiliar a enxergar os limites, possibilidades e horizontes da pesquisa.

Aos professores Drs. Pierre Teisserenc, André Luís Assunção de Farias e Dra. Maria Dolores Lima da Silva pelas brilhantes e enriquecedoras contribuições no exame de qualificação.

A todos da minha família que, de alguma forma, incentivaram-me na busca do conhecimento. Em especial aos meus pais Nonato e Fátima, a minha irmã Alessandra, que são grande parte da minha fonte de forças nesta longa trajetória de vida. Permanecendo todos sempre presentes na partilha de minhas conquistas e frustrações.

A todos os meus amigos do mestrado, que durante o curso trocamos ideias, conhecimentos e angústias, principalmente, as que dividiram comigo essa jornada na sociologia: Lélia, Raynice, Raissa, Laiane e Flávia. Com os quais pude desfrutar momentos de afeto, descontração, aprendizado, motivação e amizade.

A Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o Curso de Mestrado em Sociologia e Antropologia no PPGSA/UFPA.

Gostaria de agradecer a todos os entrevistados de Barcarena que compartilharam suas histórias e lutas que frutificaram esse trabalho.

Mas de uma maneira muito sincera, agradeço às demais pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho.

Mulheres e homens comuns lutam para corrigir os estragos provocados na terra, no ar e na água do seu ambiente. E, até o momento em que não se solucionar o problema, por que então baixar a guarda? A publicidade gerada por cada uma dessas lutas através dos seus próprios canais de comunicação, e por intermédio da nova sociedade de redes, inspira outros a somarem esforços para travar uma batalha contra as forças que destroem o meio ambiente nos níveis local e global (COCK; KOCH, 1991, p. 22).

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar ações e organizações de atores mobilizados em processos que se configuram como lutas contra a injustiça ambiental e pelo bem viver na comunidade de São Sebastião do Burajuba em Barcarena, município do estado do Pará, como resistência a questões ligadas as injustiças ambientais quanto o acesso e o uso da água, em um contexto marcado pelas atividades de mineração. Atividades essas, consideradas como poluentes em grau elevado resultam em alterações significativas no ecossistema, nos modos de vida, nas práticas econômicas e culturais de comunidades quilombolas, indígenas, agricultoras, extrativistas e pescadoras. Para tal recorreu-se aos conceitos de *Justiça Ambiental* de Acselred (2010) e *Bem Viver* de Acosta (2016), compreendendo-se que a natureza e seus recursos são referências ligadas a uma filosofia de vida parte de inúmeras histórias de luta e resistência das chamadas populações tradicionais. Defender-se da injustiça colocada quanto à distribuição desigual dos riscos pelas atividades industriais apresenta-se na forma de denúncia e enfrentamentos em Barcarena realizados pela Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) e pela comunidade quilombola São Sebastião do Burajuba. Trata-se de uma pesquisa de metodologia qualitativa, em que além da análise de dados e de bibliografia básica, realizou-se entrevistas com diversos atores da comunidade Burajuba, incluindo membros da Cainquiama. A pesquisa também aponta que a luta pela justiça ambiental tem um longo caminho a percorrer, principalmente num país marcado por várias desigualdades sociais e territoriais. Os resultados indicaram que as emissões de poluentes industriais têm como destinação parte de um território onde vivem populações de origem étnico-raciais cuja situação socioeconômica torna-se desfavorecida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Ambiental. Bem Viver. Quilombola. Mineração. Barcarena (PA)

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze actions and organizations of actors mobilized in processes that are configured as struggles against environmental injustice and for the good living in the community of São Sebastião do Burajuba in Barcarena, municipality of the state of Pará, as resistance to issues related to environmental injustices regarding access to and use of water, in a context marked by mining activities. These activities, considered as pollutants to a high degree, result in significant changes in the ecosystem, in the ways of life, in the economic and cultural practices of quilombola communities, indigenous peoples, farmers, extractivists and fishermen. To this end, the concepts of Environmental Justice by Acselred (2010) and Bem Viver de Acosta (2016) were used, understanding that nature and its resources are references linked to a philosophy of life, part of countless histories of struggle and resistance of called traditional populations. Defending against the injustice posed regarding the unequal distribution of risks by industrial activities is presented in the form of complaints and confrontations in Barcarena carried out by the Association of Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) and by the quilombola community São Sebastião do Burajuba. It is a research of qualitative methodology, in which in addition to data analysis and basic bibliography, interviews were conducted with several actors from the Burajuba community, including members of Cainquiama. The research also points out that the fight for environmental justice has a long way to go, mainly in a country marked by several social and territorial inequalities. The results indicated that the emissions of industrial pollutants are destined for part of a territory where populations of ethnic-racial origin live whose socioeconomic situation becomes disadvantaged.

**KEYWORDS:** Environmental Justice. Well live. Quilombola. Mining. Barcarena (PA)

## **LISTA DE SIGLAS**

ALBRAS - Alumínio Brasileiro

ALUNORTE - Alumínio do Norte do Brasil

CAINQUIAMA - Associação de Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia

CDI - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará

CODEBAR - Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DRS - Depósito de Resíduos Sólidos

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

IEC - Instituto Evandro Chagas

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

LAQUANAM - Laboratório de Química Analítica e Ambiental

MBL - Movimento Barcarena Livre

MPF - Ministério Público Federal

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Localização do Município de Barcarena, Pará / Brasil .....	33
Quadro 2: Localização da Comunidade do Burajuba / Barcarena .....	39

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Localização do Município de Barcarena, Pará / Brasil .....	22
Imagem 2: Localização da Comunidade do Burajuba / Barcarena .....	23
Imagem 3: Indústrias, portos e comunidades em Barcarena / Pará.....	31
Imagem 4: Ciclo da Mineração Paragominas / Barcarena .....	35
Imagem 5: Planta Industrial e Comunidades, no Município de Barcarena (PA) .....	38
Imagem 6: Vazamento da bacia de rejeitos .....	40
Imagem 7: Delimitação da área da bacia hidrográfica do rio Murucupi.....	41
Imagem 8: Comunidades próximas ao rio Murucupi, impactadas pela área industrial .....	42
Imagem 9: “Tubo clandestino” verificado na vistoria.....	45
Imagem 10: Relações interpessoais do sujeito com o território .....	54
Imagem 11: Resistencia das famílias do Burajuba, Barcarena.....	64

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 DA CONSTRUÇÃO E DA OPERAÇÃO DE UM OBJETO SOCIOLOGICO.....</b>	<b>21</b>
2.1 COMO PESQUISEI .....	21
2.2 ONDE PESQUISEI .....	22
2.3 SUJEITOS E INTERLOCUTORES. ....	26
2.4 OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÕES COLHIDAS .....	27
2.5 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE .....	28
2.6 ASPECTOS ÉTICOS .....	29
<b>3 MINERAÇÃO E BENS COMUNS EM CONFRONTO .....</b>	<b>30</b>
3.1 BARCARENA E A MINERAÇÃO .....	30
3.2 HISTÓRICO DE DESASTRES AMBIENTAIS .....	36
<b>4 BEM VIVER E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO .....</b>	<b>48</b>
4.1 SOBRE O BEM VIVER .....	48
4.2 O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO .....	53
<b>5 JUSTIÇA AMBIENTAL: O DESAFIO DO BURAJUBA .....</b>	<b>57</b>
5.1 SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL.....	57
5.2 O CASO DO QUILOMBO DO BURAJUBA .....	62
<b>6 MOBILIZAÇÃO, AÇÃO LOCAL E AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS.....</b>	<b>67</b>
6.1 SOBRE A AÇÃO LOCAL .....	67
6.2 ESTRATÉGIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA CAINQUIAMA .....	71
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste inevitável olhar a respeito da minha trajetória acadêmica, e conseqüentemente, sobre esta pesquisa me fazem pensar sobre os caminhos trilhados até aqui. Ao iniciar a minha vida acadêmica na graduação em Ciências Sociais deparei-me com tantas disciplinas, com abordagens teóricas e métodos que se constituíram num excelente instrumento de compreensão das situações com que defrontamos na vida cotidiana, das suas múltiplas relações sociais, e além de tudo, o modo como se encara a realidade dos fenômenos sociais. Diversas discussões e fascínios que participei que aos poucos fui me deparando com o material que resultaria nesta pesquisa de mestrado.

Neste sentido, inicialmente, considero necessário descrever brevemente a minha trajetória acadêmica com o intuito de facilitar ao leitor a compreensão da escolha do meu tema de pesquisa e da minha inserção social e acadêmica. A escolha desse tema, como será visto mais a frente, está relacionada com as primeiras experiências que tive como pesquisadora voluntária quando eu era graduanda. Durante a minha trajetória na graduação, o meu olhar sociológico foi se afluando para os temas socioambientais<sup>1</sup>. Lembro-me que foi uma dessas caminhadas como pesquisadora voluntária que motivou a escolha do tema da pesquisa e o caminho que me trouxe à escrita desta dissertação de mestrado.

No período da graduação em Ciências Sociais, em 2011, tive a oportunidade de vivenciar experiências, como pesquisadora voluntária, em um grupo de estudos de pesquisa e extensão sobre o Desenvolvimento Regional do Baixo Tocantins – Estado/Pará. Acompanhada na época pela docente Ms. Cecília Geraldine Basile do Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Pará (UFPA). Passei então a participar das reuniões do Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE de Tucuruí sobre a realidade sociopolítica, econômica, ambiental e cultural desses municípios. Porém, de maneira mais densa na realidade socioambiental de Barcarena (onde, nos últimos anos, acumulei conhecimentos que contribuíram para alargar meus horizontes de interesse e investigação).

Fazer parte desse grupo era entrar em contato com os primeiros interlocutores do meu estudo atual. Entre idas e vindas, entre lembranças e recortes dessa trajetória, o meu caderninho de anotação, do tempo na graduação como pesquisadora voluntária, por um tempo esquecido na gaveta, tornava-se novamente o meu companheiro. Reviver toda essa trajetória a

---

<sup>1</sup> Tendo em vista que a questão ambiental também é uma questão social.

partir de minhas próprias memórias ali escritas tornavam-se, então, um manifesto ou um fascínio que a investigação despertava em mim, enquanto, sujeito-pesquisadora. Ouvir e registrar a dor e o lamento das comunidades, constatar as injustiças ambientais que ali vivenciavam as populações de Barcarena ou à reação social deflagrada por essas evidências de degradação, proporcionou para mim não apenas uma relação entre teoria e prática, mas a consolidação de uma postura política frente às injustiças ambientais, quando então, os meus olhos brilhavam pela primeira vez ao descobrir um tema de pesquisa nessa trajetória.

Em conversas com minha orientadora, no ano de 2018, já no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, começamos a desenhar a possibilidade de trabalhar com a questão das mobilizações, ações locais e estratégias sociais aos projetos das atividades mineradoras que degradam a qualidade da água atingindo as populações tradicionais de Barcarena.

As orientações que recebi me ajudaram a definir que o tema a ser pesquisado seria: as lutas por justiça ambiental a bens comuns.

A abordagem do conceito e construto de ação local é necessária para o entendimento dos modos pelos quais as mobilizações podem ocorrer a partir do sentimento de pertencimento que o indivíduo estabelece com o seu território, na busca de soluções para problemas comuns. Nesse contexto, é evidenciado que a ação local dos indivíduos visa à capacitação da comunidade para lidar com os problemas sociais que os afetam.

Em 1990 na América do Sul, houve uma forte onda de investimentos financeiros que intensificaram a exploração e exportação de *commodities*, de produtos em estado bruto ou com baixo grau de processamento como é o caso, por exemplo, do minério de ferro e do petróleo. Sob essa lógica os territórios tornaram-se passíveis de exploração de *commodities*, como é o caso do minério devido à crescente demanda de países como a China. Assim, aproveitando-se dessa onda de mercado, multinacionais como a Vale S.A., BHP Billiton e outras, ampliaram as explorações de minério na América do Sul.

O neoextrativismo tem desempenhado um papel central na América Latina, e isso se deve ao fato da expansão de novas fronteiras minerais. Segundo a IBRAM (2015), ocorreu um salto de 05 bilhões de toneladas de mineral extraído, para 53 bilhões, entre 2002 e 2011. Cenário construído a partir das reformas institucionais criadas pelos governos que têm apostando numa abordagem econômica do neoextrativismo. Uma atividade intensiva, em termos de extração dos recursos, com escala e magnitude elevadas, com produção de danos expressivos às realidades locais. (GUDYNAS, 2009).

O fato é que as atividades mineradoras vêm desencadeando diversos impactos socioambientais em diferentes escalas de tempo e espaço. O que atribuiu a necessidade de integrar a sociedade e as instituições de pesquisa para tratar da poluição dos recursos hídricos causados por indústrias e mineradoras. E os níveis de vulnerabilidade das comunidades atingidas. Pois, novos conflitos socioambientais são gerados nesse rearranjo de tensões sociais e ambientais, em prol dos direitos humanos a um bem comum. Onde povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros atores sociais protestam e resistem, embora tais grupos sociais não definem a si mesmos como ambientalistas.

Esses movimentos vêm sendo entendidos como luta por justiça ambiental de Henri Acelrad (2010) ou, como refere Juan Martínez Alier (2009), o ecologismo dos pobres, que envolvem diversos atores, sejam populações caboclas, indígenas ou quilombolas, produzidos nos contextos de grandes empreendimentos. Que estão relacionados a uma lógica, a um modelo de desenvolvimento, a uma concepção de modernização, que continuam em vigência no Brasil, e sobretudo na Amazônia.

Dentre esses empreendimentos, em grande parte instalados na Amazônia, os de mineração vêm provocando desastres socioambientais significativos. Alterações nas paisagens e ecossistemas, nos modos de vida, nas práticas econômicas e culturais de comunidades agricultoras, indígenas, extrativistas e pescadoras. Nem tão recentes assim, podemos observar tais alterações, acompanhadas pelas ciências sociais desde os anos de 1980<sup>2</sup> quando a ofensiva modernizadora e desenvolvimentista alcança definitivamente a Amazônia através da instalação dos grandes projetos (BRITO, 2001).

Para tais mobilizações e enfrentamentos, as justificativas das denúncias em frete a uma ocupação, uso e tratamento do território e de segmentos de populações para as quais as condições de vida dependem do acesso a bens comuns como a água e os produtos do extrativismo, a direção da análise seguiu a linha da justiça ambiental, “expressão que possui maior proximidade com a sociologia ambiental e o estudo das relações étnicas” (ALIER, 2009, p. 228). Um movimento social organizado em casos de “racismo ambiental”, em prol da defesa dos direitos a ambientes culturalmente de comunidades tradicionais, face aos resultados dos desastres que há mais de quarenta anos se inscrevem em Barcarena. O que é uma das tarefas desta dissertação em comparar o movimento da Justiça Ambiental de Acelrad (2010) com o Ecologismo dos Pobres de Martínez Alier (2009), já que ambos

---

<sup>2</sup> Em pesquisas realizadas, por exemplo: Castro e Hebette, 1989; ou Castro et al, 1994.

podem ser entendidos como uma única corrente que luta em favor de grupos minoritários e contra a lógica socioterritorial que expõe essas populações. Em resumo:

O movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual, questões estudadas pela ecologia política. Em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista. Essa é uma das razões pelas quais a terceira corrente do ecologismo não foi, até os anos 1980, plenamente identificada. (ALIER, 2007, p. 39).

Movimentos que justificam lutas por justiça ambiental, identificados no município de Barcarena, no Estado do Pará, visam dar visibilidade às lutas contra e denúncias da destruição do meio ambiente nos locais onde vivem populações negras, caboclas e indígenas. Ao falar da justiça ambiental, também se fala em conflitos da luta e resistência dessas comunidades, cuja história, modo de vida e sobrevivência são indissociáveis dos seus locais de habitação. No Brasil há um constante confronto entre grupos que representam interesses econômicos e visam empreendimentos através da cobiça e ocupação dos territórios das comunidades. Nesse caso, a justiça ambiental é uma forma de questionar o modelo de produção vigente, organizando as populações coletivamente para exigir políticas públicas em defesa dos seus territórios.

No contexto brasileiro “o tema da justiça ambiental é ainda insuficiente e de difícil compreensão, pois a primeira suposição é de que se trate de alguma vara especializada em disputas diversas sobre o meio ambiente” (HERCULANO, 2002, p. 7). No entanto, mesmo que muitos estudos não usem e expressem “justiça ambiental”, existem diversos movimentos no Brasil que podem ser identificados e justificados como movimentos dessa natureza e como uma prematura manifestação do ecologismo popular: os atingidos por barragem, por vazamento de depósitos de resíduos sólidos de mineradoras, o movimento de extrativistas ou por áreas de conservação ambiental, dentre muitas outras ações de combate a degradação dos espaços.

No Brasil e sobretudo na Amazônia a produção e a exportação de *commodities* ligadas ao setor da mineração, implica em uma atividade com elevada capacidade de alterar as condições sociais e ambientais dos territórios. São atividades que afetam o solo, os rios, colocam em risco a saúde e o futuro das comunidades próximas. Sobretudo no estado do Pará, essa ofensiva, configurada em termos de instalação de indústrias de beneficiamento da bauxita e de portos, vem transformando contextos territoriais como Barcarena, município no qual foi

instalado em 1980 um importante complexo industrial, articulado à mineração da bauxita, cuja acumulação dos chamados acidentes envolvendo poluição das águas vem se avolumando, assim como as mobilizações e enfrentamentos a desafios dessa ordem (CARMO *et al*, 2016).

O município de Barcarena, distante 36,2 km, por rodovia, da capital, Belém, tem sido caracterizado como um dos mais modificados em termos de paisagem e ecossistema, de alterações de ordem social e ambiental em decorrência da instalação de empreendimentos econômicos de caráter empresarial minerador, à margem dos quais ainda vivem comunidades tradicionais, muito próximas das indústrias. Que convivem com a “insegurança hídrica” que atinge mais intensamente os grupos sociais étnicos, mais suscetíveis aos riscos decorrentes da ingestão da água contaminada, que nesse “cenário de tensões e disputas nos leva a refletir sobre o que seria insegurança hídrica”. (TERRA *et al*, 2018, p. 15).

A Comunidade de São Sebastião do Burajuba em Barcarena, foi o local onde realizou-se a pesquisa de campo por entender que o histórico de conflitos dos moradores do Burajuba é marcado pelo despejo e reocupação, ao longo desses anos. Mesmo com a injustiça ambiental de que são vítimas, a comunidade não desiste de viver em Burajuba. Defender seus espaços e seus modos de vida da contaminação das águas e dos rios, do descarte dos resíduos da mineração, constitui-se como uma luta a sobrevivência dos quilombos.

As famílias da comunidade Burajuba, nos anos de 1980, sofreram com processos de deslocamentos e perdas do território. E mesmo após os deslocamentos muitos moradores ainda permanecem ocupando áreas bem reduzidas, lutando para assegurar a reprodução social dos seus bens comuns e bem viver, já que as suas territorialidades específicas possuem uma força tanto política quanto identitária. E é nessa perspectiva que o *Bem Viver*, enquanto uma filosofia de vida, “é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas”. (ACOSTA, 2016, p. 29). Que desse ponto de vista, há necessidade de amadurecer o diálogo sobre o tema do *Bem Viver* quando se pensa a relação sociedade e natureza, como uma proposta alternativa para refutamos o desenvolvimento que aprofunda desigualdades.

A justiça ambiental e o *bem viver* são referências importantes a partir dos quais busquei interpretar as ações, mobilizações, confrontos entre a comunidade de Burajuba e os efeitos nocivos da industrialização da mineração em Barcarena. Os dois movimentos no estudo se cruzam na medida em que, emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a

equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta. E o momento em que os movimentos se separam é quando há violação de direitos, desequilíbrios ecológicos em que o *Bem Viver* e o pertencer é uma lógica negada a comunidade.

Dessa forma, a comunidade ao defender-se da injustiça colocada quanto à distribuição desigual dos riscos e prejuízos socioambientais, a partir da contaminação das águas pelas atividades industriais, é o que leva à denúncia e enfrentamentos em Barcarena realizados pela Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia, a Cainquiama.

Para a comunidade a formação da associação representa uma força política que aglutina laços de solidariedade de grupos em situações sociais diferenciadas. A “unidade de mobilização” representa os moradores prejudicados pelo derramamento de rejeitos nos rios e igarapés da região pela empresa Hydro, que fabrica alumina a partir da bauxita (ALMEIDA, 1989).

A associação se caracteriza como uma forma de resistência coletiva, onde os moradores se reúnem para tratar das ações civis públicas, sobre as indenizações por danos ambientais, sociais e morais, bem como a descontaminação do rio Murucupi que corta várias comunidades no município. As ações das comunidades se politizam, principalmente aquelas que contam com o apoio da igreja, sindicatos ou centros comunitários. No entanto, ao mesmo tempo em que alimenta as estratégias sociais e políticas dos grupos sociais, também paralisa a resistência ao sentimento de insegurança e impotência diante da dinamização da indústria e da atividade portuária exportadora.

Nesse contexto, o acesso a bens como a água vem se tornando uma questão bastante desafiadora, porque a quantidade de resíduos minerais que escorrem para os rios e para o solo é um agravante da poluição difusa provocada pelas indústrias no município. Como então nessas condições acessar água de qualidade – para beber, cozinhar, tomar banho – assim como um pescado em condições adequadas para o consumo, se é da pesca que advém uma das principais fontes de proteína animal das populações ribeirinhas.

A partir da situação de Barcarena é onde se verificam mobilizações e lutas desde o início das atividades da área industrial e ao mesmo tempo a recorrência de eventos de grande potencial poluidor tanto ligado à indústria, quanto a estrutura portuária instalada no município. É preciso também refletir sobre a eficácia e o poder das ações sociais por justiça ambiental das populações tradicionais, especialmente em contextos marcados pelas atividades

de mineração, associadas ao não reconhecimento do direito de viver em um ambiente saudável à parcela significativa da população de um território.

Dessa forma, esta pesquisa teve como problema geral a seguinte questão: Como as mobilizações sociais protagonizadas pela associação Cainquiama e a comunidade Burajuba têm buscado reconquistar seu acesso ao uso da água, enquanto um bem comum, no contexto de exploração da mineração?

Trabalhou-se a hipótese de que as formas de ocupação, apropriação e uso do território para a construção de grandes empreendimentos, como o da mineração redesenha e diferencia os espaços. E as mobilizações e as ações das populações locais de Barcarena se atualizam, à medida em que situações de injustiças quanto ao acesso a bens comuns se impõem.

Diante da problemática e da hipótese, esta dissertação teve como objetivo geral:

- ✓ Identificar as formas de resistência que a associação Cainquiama e a comunidade Burajuba tem empreendido na garantia de acesso a água de qualidade para o seu consumo.

Pretendendo-se, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Descrever o contexto socioambiental e territorial com o qual se relaciona a Associação de Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) e as atividades da mineração;
- ✓ Identificar os diferentes atores envolvidos na organização da Associação e seus interesses e estratégias diante dos problemas relacionados ao acesso à água;
- ✓ Reconstituir historicamente a formação da Associação e seu processo de luta por justiça ambiental;
- ✓ Descrever as ações locais da Cainquiama junto à comunidade quilombola São Sebastião do Burajuba, Vila dos Cabanos, e analisar em que medida os seus saberes e práticas, suas territorialidades dialogam com a referência da justiça ambiental e o acesso a bens comuns.

Tais objetivos foram desenvolvidos respectivamente nas seções desta dissertação, contabilizando: uma introdução, seções e uma conclusão final. Vejamos a seguir uma breve apresentação das discussões presentes nesta pesquisa.

A seção introdutória contempla: um pouco da minha trajetória com o tema abordado e como ocorreu seu aprofundamento de discussão na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - UFPA; expõe algumas reflexões sobre a justiça ambiental, as ações locais da comunidade do Burajuba junto a associação Cainquiama, no contexto da mineração; também

apresenta a questão central ou problema da pesquisa, os pressupostos e a relevância desta investigação para a sociedade, para a academia e para a área de concentração do programa de mestrado. E por fim, um resumo do conteúdo desta dissertação.

A segunda seção contém a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e as implicações dos referidos fenômenos no que tange à ação local e as injustiças ambientais, bem como as possíveis lacunas que o estudo pode suprir.

Na terceira seção é discutido sobre a dinâmica territorial do município relacionado diretamente as atividades de beneficiamento mineral e de transformações sócio territoriais, bem como o histórico de desastres ambientais que acomete o município.

Na quarta seção é analisado o sentimento de pertencimento dos atores locais com o seu território pela ótica do bem viver. A mobilização aqui de conceitos e construtos como pertencimento e bem viver foi necessária para o entendimento dos modos pelos quais a participação e o engajamento comunitário pode ocorrer a partir do sentimento de pertencimento que o indivíduo estabelece com o seu território. E esse pertencimento pode ser favorável quanto desfavorável nas interrelações dos indivíduos com seu território.

Na quinta seção é examinado o caso da Comunidade Quilombola do Burajuba, localizada no Município de Barcarena, em especial no que se refere ao delineamento da justiça ambiental. Ressalta-se que o enfrentamento da injustiça ambiental tem por fundamento a busca do bem comum e a luta pela democracia.

Na sexta seção é analisado as formas de ações locais e mobilizações implementadas pela comunidade. A abordagem do conceito e construto de ação local foi necessária para o entendimento dos modos pelos quais as mobilizações podem ocorrer a partir do sentimento de pertencimento que o indivíduo estabelece com o seu território, na busca de soluções para problemas comuns. Nesse contexto, é evidenciado que a ação local dos indivíduos visa à capacitação da comunidade para lidar com os problemas sociais que os afetam e para isso se mobilizam em associações.

E por fim, na conclusão é exposto: considerações acerca dos resultados alcançados; assim como também, é apresentado em síntese reflexões sobre o percurso desta pesquisa, dando certo destaque aos limites com as quais esta pesquisa confrontou para sua finalização. E o texto é finalizado com sugestões para trabalhos futuros.

## 2 DA CONSTRUÇÃO E DA OPERAÇÃO DE UM OBJETO SOCIOLÓGICO

O procedimento adotado nessa pesquisa, quanto à abordagem foi a qualitativa, quanto aos fins, foi a pesquisa descritiva e quanto aos meios adotou-se a pesquisa de terreno, que também é compreendida com as expressões: “trabalho de campo”, “estudo de caso”, “observação participante”, dentre outras. Para coleta dos dados, optou-se pela pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. E por último o tratamento e sistematização dos dados coletados em campo.

### 2.1 COMO PESQUISEI

A abordagem qualitativa foi adotada como procedimento metodológico, já que “os métodos qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimental, concretamente, a realidade pesquisada” (GOLDENBERG, 2015, p. 69).

Ao tratar da pesquisa de natureza qualitativa, Goldenberg (2015) ainda diz que ela é um tipo de pesquisa que tem seu valor, principalmente para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças, atitudes individuais e coletivas que levam as pessoas se mobilizarem.

Assim, a partir da pesquisa qualitativa buscou-se analisar o sentimento de pertencimento dos moradores da comunidade estudada, que moram nela há mais de 40 anos, e dos que passaram a morar na comunidade posteriormente e não colaboraram diretamente na sua construção.

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, pois, se pretendeu descrever as características dos moradores da comunidade do Burajuba e dos conflitos socioambientais presentes neste território, que estão direta ou indiretamente relacionados às temáticas propostas: mineração, sentimento de pertença, ação coletiva, bem viver e bem comum.

Nesse sentido, esse objetivo de descrever as características pode ser equiparado com a reflexão que Firmino da Costa fez a respeito do que o investigador faz na pesquisa de terreno. Ou seja, o pesquisador precisa observar: “os locais, os objetos e os símbolos”; “as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer”; e “as situações, os ritmos, os acontecimentos”; assim como também “pesquisa duma

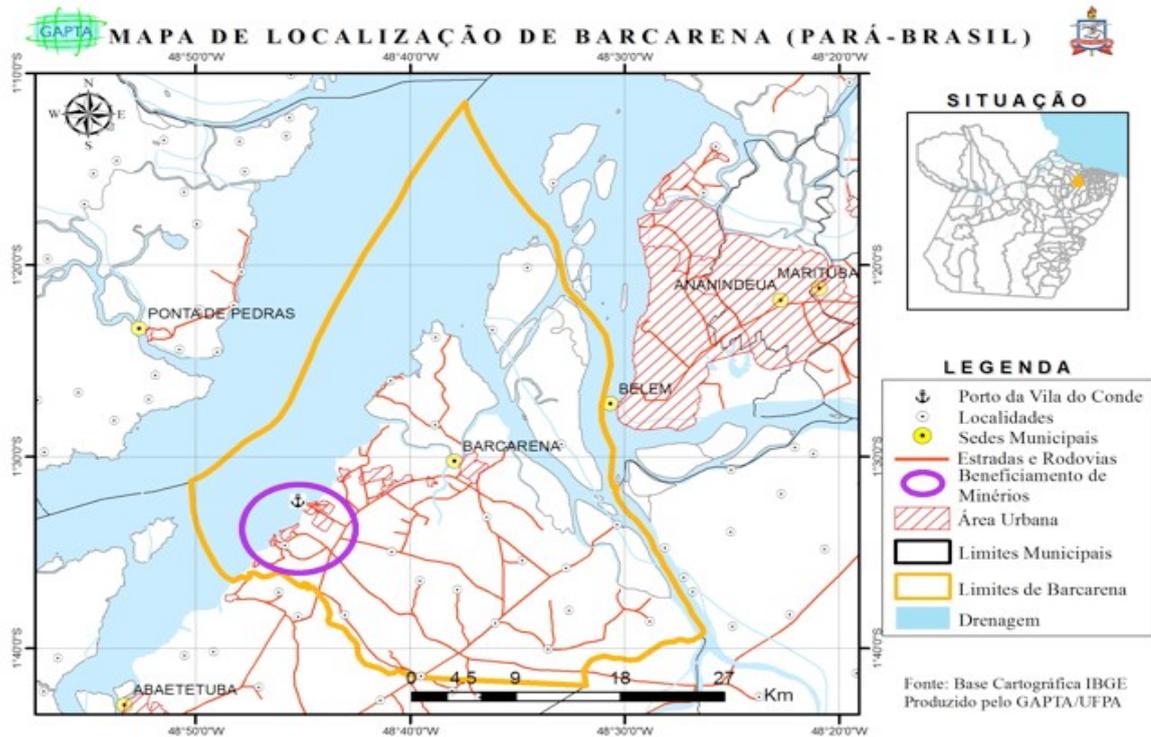
maneira ou doutra, no cotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente”. (COSTA, 1987, p. 132).

Para se alcançar o objetivo geral da pesquisa, adotou-se o estudo de caso que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2010, p. 37). A utilização desse tipo de estudo está relacionada ao entendimento que este método viabiliza a análise do senso de mobilização social e coletiva, no contexto do território e seus múltiplos fenômenos sociais.

## 2.2 ONDE PESQUISEI

Neste estudo, para as observações mais diretas foi privilegiada uma comunidade: a do Burajuba, Vila dos Cabanos, no município de Barcarena / Pará, distrito industrial situado na Amazônia Oriental<sup>3</sup>.

IMAGEM 1: Localização do Município de Barcarena, Pará/Brasil



Fonte: SILVA *et al.*, (2016).

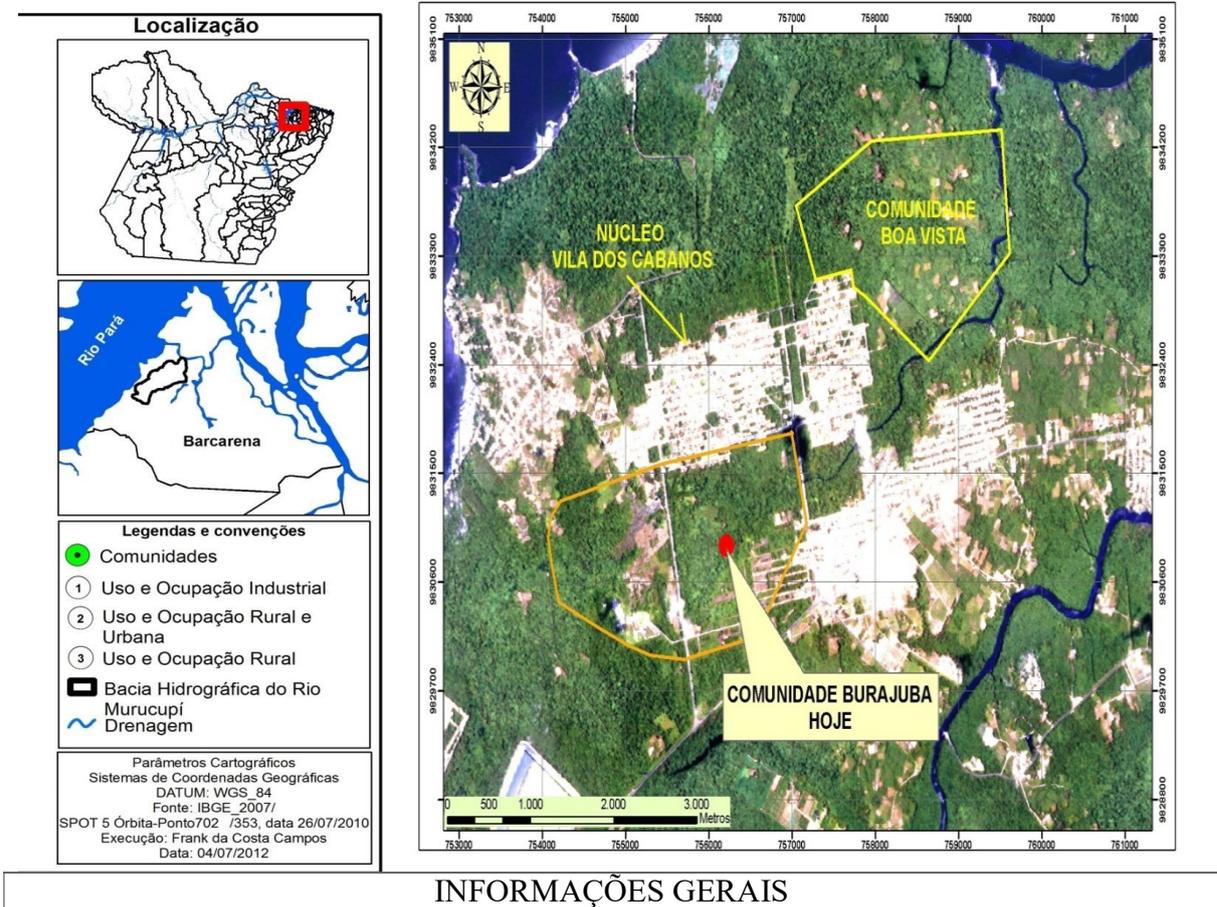
Burajuba está localizada às margens do rio Murucupi, sendo ela à jusante das bacias de contenção de rejeitos da mineradora é uma das afetadas pelo comprometimento da

<sup>3</sup> A Amazônia oriental é parte da Amazônia Legal, composta pelo estado do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

qualidade da água. Devido a expansão do setor mineral à comunidade, hoje, encontra-se em um território reduzido entre os muros das bacias da mineradora Hydro Alunorte.

A empresa *Norsk Hydro ASA* foi fundada em 1905, presente em cerca de 40 países em todo o mundo com sede na Noruega, é um empreendimento da produção de alumínio, produtos laminados, e também extrai bauxita e refina a alumina. O complexo minerador trouxe riscos de contaminação para o solo e os rios, à margem dos quais ainda vivem comunidades tradicionais, muito próximas da mineradora o que é o caso, da comunidade do Burajuba, que possui como vizinha as bacias de rejeitos da Norsk Hydro/Alunorte.

IMAGEM 2: Localização da Comunidade do Burajuba, Barcarena – PA



Comunidade	São Sebastião do Burajuba
Município	Barcarena
Unidade da Federação	Pará
População	2.800 pessoas / 480 famílias
Situação Fundiária	Regulamentada
Data da Última Atualização	24.04.2017

Fonte: Ministério Público Federal (MPF), Elaborado pela autora, 2020.

A Comunidade de Burajuba é reconhecida como tradicional e quilombola. Portanto, formalmente, está amparada pela Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), documento que reforça a constituição federal, na garantia de direitos e permanência na terra. Trata-se de uma comunidade de ribeirinhos extrativistas que vivem até hoje da agricultura e da coleta de frutos e oleaginosas, nas margens do rio Murucupi.

Segundo relatos, as ocupações na comunidade se deram em meados de 1894. E por volta de 1980, a comunidade deveria receber o título definitivo de posse concedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Porém, no mesmo ano iniciou-se o processo de abertura de ruas para a construção e formação do Distrito Industrial de Barcarena, local onde abrigaria maior parte das indústrias de Barcarena. Na época a própria ITERPA informou a comunidade que parte da área do Burajuba havia sido vendida pra formar o Distrito Industrial. Nesse processo a comunidade perdeu 90% de suas terras. (MPF, 2016).

Em 19 de dezembro de 2013, a Fundação Cultural Palmares (FCP) emitiu CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO em que “certifica a Comunidade de São Sebastião de Burajuba, como REMANESCENTE DE QUILOMBO”, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, registro nº 2.028. fl. 047, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fl. 29.

A área pesquisada apresenta uma complexidade territorial no que se refere ao uso da água e ocupação do solo, ao envolverem uma diversidade de atores sociais com intenções diferenciadas no espaço, além de atividades urbanas, industriais e rurais. É um campo de estudo marcado por questões socioambientais relacionadas à mineração e ao uso da água. Burajuba é um caso emblemático de como projetos neoextrativistas, implementados na Amazônia, negam a realidade dos povos que ali vivem.

A escolha dessa comunidade, para o estudo, se deu em função da localização de focos de resistência e dos desastres ambientais que acometem o município e sua população há mais de 40 anos. Na comunidade do Burajuba lideranças indígenas, caboclas e quilombolas vêm denunciando recentemente a poluição dos rios de suas terras pelos rejeitos químicos da empresa Hydro Alunorte.

Os rios de Barcarena estão sendo poluídos com produtos tóxicos e as comunidades são as que sofrem mais com os casos de câncer, queda de cabelo, coceiras, diarreias e vômitos. Doenças que se intensificaram após o vazamento de rejeito em fevereiro de 2018, segundo laudos do Laboratório de Química Analítica e Ambiental (LAQUANAM) da Universidade Federal do Pará. Tal situação está ilustrada nos seguintes relatos:

“Antes desse transbordo eu vendia quentinha, sabe? Hoje em dia as pessoas são receosas com a água. A gente ganha quatro garrações de água pra tomar a semana toda. A gente só toma a água. Faz comida com água da torneira, toma banho com água da torneira”. (ENTREVISTADO 7).

“Da outra vez que teve vazamento de soda cáustica, que a gente viu. E porque deu coceira em todo mundo, e logo a gente viu aparecer muito peixe morto. Até agora minha coceira não ficou boa”. (ENTREVISTADO 21)

“O igarapé morreu, não tem mais peixe”. (ENTREVISTADO 10).

“Muita gente morre de câncer, sem contar as doenças de pele. Nossa água virou um veneno”. (ENTREVISTADO 19).

Nesse contexto, o acesso a bens comuns como a água vem se tornando uma questão desafiadora para as famílias do Burajuba. A acumulação de desastres ambientais no município, em média um a cada ano envolve: derramamento de caulim, óleo, lama vermelha, naufrágios, contaminação do ar, terra e, principalmente, a grave poluição da água comprometendo o lençol freático, poluindo rios e igarapés (MPF, 2018).

A partir dessa realidade de desastre ambiental cabe o seguinte questionamento: então, como nessas condições acessar água de qualidade – para beber, cozinhar, tomar banho – assim como um pescado em condições adequadas para o consumo, se é da água que advém uma das principais fontes de proteína animal das populações ribeirinhas? Ao longo desta pesquisa poderá ser visto que essa questão perpassar o cotidiano dos moradores e seus conflitos.

A respeito dessa realidade de desastre ambiental, uma das pessoas entrevistadas, que é moradora da comunidade do Burajuba, viu seu restaurante ir a falência depois da contaminação das águas. Com a saúde debilitada, ela toma remédios para diabetes, problemas no estômago e dores no corpo e na cabeça. Recebe água mineral da empresa. Conforme o desabafo da moradora, que ao descrever sobre a situação vivida, diz:

“Aqui ninguém tem saúde. A água contaminada acabou com tudo. Meu poço não pode mais ser usado. O meu restaurante ficou assim, as moscas”. (ENTREVISTADO 8).

“Se os rios não estivessem contaminados, se a Hydro não contaminasse, a gente não ia precisar receber nada da empresa”. (ENTREVISTADO 2).

Nas narrativas dos sujeitos atingidos pelos desastres ilustram as transformações que marcam a vida cotidiana no contexto do desastre, enquanto essa estrutura é reconfigurada e novos sentidos são produzidos. A vida cotidiana que existia antes da contaminação continua existindo, só que de outra forma. No desastre, a vida segue, mesmo não sendo mais a mesma.

Além do mais, as lutas das comunidades pelo direito de uso da água de qualidade, podem ser consideradas como um importante laboratório de observação para o estudo dos conflitos dos usos da água, em recursos hídricos de rios e igarapés.

No que tange as ações locais da comunidade, a pesquisa de campo também se concentrou na Associação de Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA). A associação criada em 2015 está localizada na Vila dos Cabanos passou a intensificar as manifestações nas ruas desde 17 de fevereiro de 2018, quando houve um novo desastre ambiental, o vazamento da bacia de rejeitos do Depósito de Resíduos Sólidos (DRS2) poluindo os recursos hídricos e poços artesianos das comunidades locais, segundo laudos do Instituto Evandro Chagas (IEC).

Na Cainquiama o estudo teve como ponto de partida a formação da associação e a intensificação de suas mobilizações, após o desastre ambiental de 2018. Em relação à Hydro Alunorte, o foco desta pesquisa foi na análise das três audiências públicas que ocorreram no período de 23 de fevereiro de 2018 em Barcarena; em 13 de março de 2018 em Belém e 13 junho de 2018 em Barcarena 100 dias depois do desastre ambiental, bem como a responsabilidade social para com as comunidades.

### 2.3 SUJEITOS E INTERLOCUTORES DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados entre moradores e lideranças da comunidade, pertencentes à faixa etária de 22 a 80 anos. A partir dessa seleção, depois os entrevistados indicaram novos participantes para esta pesquisa.

Os sujeitos foram divididos para a entrevista em dois grupos: (i) moradores mais antigos (geração mais velha dos quilombolas); e (ii) moradores mais recentes (da quinta geração de descendentes de quilombolas).

No total foram realizadas 25 (vinte e cinco) entrevistas, sendo 12 (doze) entrevistados pertencentes ao grupo dos moradores mais antigos e 13 (treze) moradores da geração mais nova.

Dos 25 entrevistados, 10 são mulheres e 15 são homens. É importante destacar que entre as 10 mulheres entrevistadas, algumas são lideranças femininas engajadas em ações coletivas e movimentos sociais.

## 2.4 OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÕES COLHIDAS

Os procedimentos adotados para a realização da coleta de dados desta pesquisa incluíram a revisão de literatura, através de pesquisa bibliográfica com o foco nos temas ação local, bem viver, justiça ambiental, território, populações tradicionais e mineração. A busca foi realizada em bancos de dados, periódicos, artigos, revistas, dissertações, selecionadas através dos sites SCIELO, CAPES, livros, Bibliotecas Digitais e sites oficiais do Governo e leituras de matérias do Site Amazônia Real. Além disso, em alguns momentos houve consultas em matérias jornalísticas em canais de mídia diversos para obter informações mais gerais acerca do histórico de desastre em Barcarena.

Dessa forma, combinou material bibliográfico e documental, onde transitei por diversas instituições públicas tais como: Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Foi necessário mapear as comunidades atingidas pelos desastres ambientais, bem como o desenho geográfico dessas populações a uma carga maior dos danos ambientais. Tendo esse desenho geográfico, a pesquisa de campo foi realizada junto: aos moradores da comunidade do Burajuba, porque elas possuem uma vivência direta e dramática com as piores manifestações de poluição e agressões ambientais; e com os membros da Associação Cainquiama, por meio dos instrumentos de coleta de dados, entrevista semiestruturada<sup>4</sup> que foram previamente elaborados com base na literatura consultada.

Vale ressaltar que nem todas as vítimas do desastre engajam-se politicamente da mesma forma, e nem todos assimilam a identidade política de atingido. Em minhas interlocuções de pesquisa deparei-me com pessoas que se reconhecem enquanto atingidos pelos desastres de Barcarena e que possuem algum tipo de engajamento na luta por direitos e reparação do seu território.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas (que não seguem um rigor em sua classificação) o que as tornam semelhantes a uma conversa, na qual o pesquisador busca compreender os significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos que os circundam no cotidiano. Podendo o pesquisador gozar da liberdade em colocar questões ao longo da entrevista sempre que houver abertura e necessidade, favorecendo, assim a obtenção das informações. Além do mais, as entrevistas propiciaram a compreensão do significado que

---

<sup>4</sup> As entrevistas constam no final desta pesquisa no: APÊNDICE A e APÊNDICE B.

uma determinada circunstância tem para o sujeito ou para o grupo de sujeitos, no desempenho de suas ações e na atuação de seus distintos papéis na sociedade.

Nessa perspectiva, a “observação participante” é extremamente importante para esta pesquisa que aqui está sendo apresentada, pois, é “nesse tipo de avaliação” que é possível envolver “como co-produtores do conhecimentos os próprios grupos sociais ambientalmente desfavorecidos viabilizando uma integração analítica apropriada entre os processos biofísicos e sociais”. Dessa forma, “aquilo que os trabalhadores, grupos étnicos e comunidades residenciais sabem sobre seus ambientes deve ser visto como parte do conhecimento relevante para a elaboração não discriminatória das políticas ambientais”. (ACSELRAD *et al*, 2009, p. 22).

Esse instrumento de coleta de dados privilegiou a singularidade dos moradores, uma vez que a atitude de escuta e o interesse por essas contribuições despertaram no (na) entrevistado (a) o impulso de revelar-se mediante a narrativa, de acordo com a proposta de Brisola e Marcondes (2011), respondendo a questões muito particulares que não podem ser quantificadas em consonância com Minayo (2009).

As entrevistas foram previamente agendadas com cada entrevistado particularmente, por meio de: telefonemas; mensagem via telefone (aplicativos de conversas); e pessoalmente (em visita domiciliar) para aqueles que não possuíam estes meios de comunicação. Logo, dias e horários foram devidamente acordados.

Vale ressaltar que esse levantamento constituiu-se como a principal referência na temática do trabalho (onde o recorte analítico focalizou as injustiças ambientais). Posteriormente, esta pesquisa também foi complementada: pelo trabalho de campo realizado no município nos meses de outubro a dezembro 2019 e janeiro de 2020; exaustivas transcrições de entrevistas; elaboração de relatos e reflexões de campo (viagens ao município de Barcarena); e participação de eventos científicos com o tema de injustiças ambientais e desastres, participação em grupos de trabalho e em congressos, dentre outros.

## 2.5 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

Para a pré-análise, foi feito a organização de todo o material a ser analisado, ou seja, transcrição na íntegra de cada uma das 25 entrevistas, cuidando para que o máximo de informações fosse preservado. Finalizado isso, todo o material transcrito foi relido diversas vezes com o intuito de conferir áudio e transcrição com o objetivo de fazer parte deste texto dissertativo.

Após a pré-análise do material, foi iniciada à fase de exploração dos dados alcançados e à formulação das categorias de análise referendadas na literatura. As 25 entrevistas foram organizadas por respostas dos entrevistados. Os entrevistados e suas respostas foram assinalados como: Entrevistado (1 a 25); sexo (masculino e feminino) em que 1 se refere ao sexo feminino e 2 ao sexo masculino.

## 2.6 ASPECTOS ÉTICOS

Os aspectos éticos foram observados em todas as fases desta pesquisa. Após explicar aos sujeitos como a coleta de dados seria realizada e tendo a sua concordância, foi feita a solicitação de sua assinatura, em duas vias no Termo de Autorização de Gravação e a Autorização para coleta de dados.<sup>5</sup> Sobre as duas vias é importante destacar que: uma ficou com o entrevistado e a outra ficou em minhas posses.

Após esse procedimento, as entrevistas foram gravadas em áudio, para a posterior transcrição. É importante ressaltar que dos 25 entrevistados apenas 14 concordaram em divulgar seus nomes e imagens. Em virtude do ocorrido optou-se por preservar a identidade de todos os envolvidos na pesquisa.

---

<sup>5</sup> Tais autorizações constam no fim deste trabalho no: ANEXO A e ANEXO B.

### 3 MINERAÇÃO E BENS COMUNS EM CONFRONTO

Nas cidades da Amazônia a produção intensiva de commodities minerais e agrícolas, impulsionado por programas neodesenvolvimentistas, provocou um aumento das pressões sobre os territórios considerados espaços, considerado por Castro (2017), como transfronteiriços.

Esses espaços são “áreas de expansão de mercado, cujos interesses promovem alianças e disputas por empresas de diversos setores econômicos e das políticas governamentais com os grandes projetos de infraestrutura de transporte e energia.” (CASTRO, 2017, p. 22).

Essas disputas entre setores econômicos e governamentais reforçam o paradoxo do reconhecimento de direitos a terra e todos os bens comuns, de terras indígenas e quilombolas. Tal paradoxo define uma geografia de disputa por território entre indústrias, portos e comunidades, por “espaços vitais”, de luta pelos recursos estratégicos.

A Amazônia é um espaço vital na abundância de recursos naturais, detentora de uma grande biodiversidade de recursos minerais em seu subsolo. A sua importância no cenário internacional tem sido determinado por esse grande estoque de recursos estratégicos.

Nesse cenário, o Estado do Pará registra uma variedade de concentração de minérios como: o ferro, o cobre, a bauxita e o manganês, que correspondem a 93% da produção mineral extraída e exportada do Estado do Pará. Essa variedade acaba dando uma importante posição geopolítica para a Amazônia, exigindo para essa realidade uma maior presença do Estado na região.

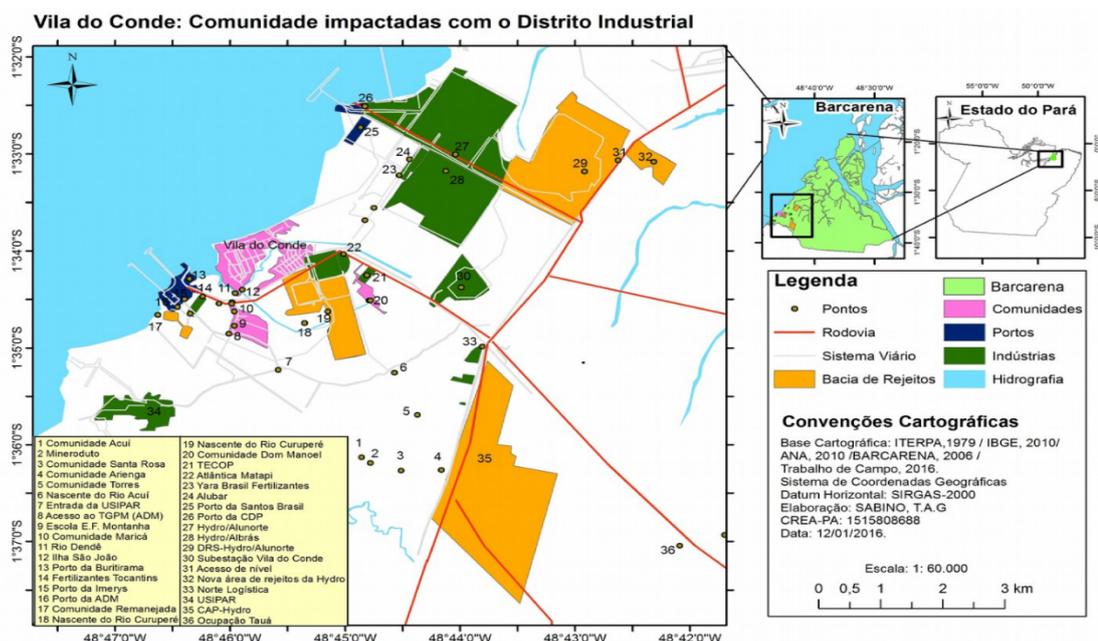
#### 3.1 BARCARENA E A MINERAÇÃO

As áreas que são destinadas a construção de grandes empreendimentos decorre de um território que apresenta características físicas, geográficas e estratégicas para a construção de uma área industrial-portuária. Um desses municípios com grandes características físicas e geográficas, ligados à exportação de minérios no Estado do Pará é Barcarena. A facilidade em receber matérias-primas e de exportar, devido a sua localização entre as margens dos rios e da hidrelétrica de Tucuruí e pela proximidade de Belém, o coloca como um território estratégico, pois, “o avanço da modernidade e do neocolonialismo na Amazônia atual impõe um padrão referido à lógica de mercado que a transforma, de modo restrito, em lugares de negócios” (CASTRO, 2017, p. 36).

O município de Barcarena localiza-se a uma latitude 01°30'21'' sul e a uma longitude 48°37'33'' oeste e a uma altitude de 15m. Situa-se a 40 km de Belém, possuindo uma extensão territorial de 1.310 km<sup>2</sup>. De acordo com o censo do IBGE de 2019, sua população é de 124.680 habitantes, dos quais 50,42% são homens e 49,58% mulheres, na sua grande maioria, 63,65%, morando em áreas consideradas rurais, e 36,35% em áreas urbanas. É um município rico em ilhas que deságuam em igarapés e rios como o Icaraú, Murucupi e Tauaporanga. A poucos quilômetros de Belém, é ligado por via fluvial, com acesso através de balsas, barcos, lanchas e navios; ou por estradas e pontes da rodovia Alça Viária. (HAZEU, 2015).

Barcarena é o segundo maior produtor e exportador de minério do país, tendo como ponto essencial o II Plano de Desenvolvimento (II PND, 1974-1979) do Governo Federal, onde foi implantado nos anos de 1980, três áreas que dariam suporte ao complexo portuário-industrial: a Vila do Conde (área portuária), a Vila dos Cabanos (área destinada para abrigar os funcionários da fábrica, “company town”) e a Sede no Município de Barcarena (área mais antiga e populosa, com estrutura administrativa e governamental). Além destes três núcleos urbanos de maior parte, o Município abriga ainda uma série de outros povoados, alguns de ocupação bastante antiga e outros criados em decorrência do fluxo migratório gerado pela instalação das indústrias e área portuária. Nessa configuração territorial o município abriga um importante complexo logístico e industrial, como ilustrado na imagem abaixo. (CARMO, 2014).

Imagem 3: Indústrias, portos e comunidades em Barcarena / Pará



Fonte: SABINO (2016).

As estratégias de modernização da Amazônia intensificaram o ritmo e alteraram a forma dos processos de reestruturação espacial e das mudanças demográficas e econômicas no município. A escolha pela instalação do complexo para produção de alumínio em Barcarena decorreu, portanto, da convergência de interesses econômicos de grupos empresariais japoneses. Na primeira metade dos anos de 1970, para a instalação do complexo industrial de exploração e transformação da bauxita em alumina e alumínio, na Amazônia, o Governo brasileiro inicia contato com o empresariado japonês para a construção de um empreendimento que posteriormente viria a se chamar de Albrás-Alunorte. (COELHO, 2004).

As obras de implantação do projeto iniciaram-se em 1980, ocupando uma área da microrregião de Ponta Grossa, distante 3 km da Vila de Murucupí (Vila do Conde), e a 40 km de Belém. O Estado ficou responsável pela logística da obra e pela construção da Vila dos Cabanos, que transformou geograficamente o território local, com alterações em aspectos econômicos, sociais e ambientais. Para isso o Estado, em 1979, cria a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), uma empresa pública que ficaria responsável pelo plano urbanístico do município na aquisição, alienação, locação e arrendamento de imóveis destinados à habitação, comércio, indústria, serviços e preservação de recursos naturais. A Codebar deslocou populações nativas de suas antigas áreas de ocupação, realocando-as em outras áreas. (COELHO, 2004).

A área destinada ao Distrito Industrial de Barcarena, compreende num vasto território, caracterizado pela existência de rios e igarapés que historicamente serviram de base territorial para a continuidade de grupos sociais específicos. Tais grupos foram deslocados de suas antigas áreas de ocupação, o que resultou na saída de 516 famílias do local, das quais apenas cerca de 15% foram realocadas numa área chamada de Colônia Agrícola do Bacuri. (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1995).

A Vila dos Cabanos abrigou muitos migrantes que foram em busca de emprego e isso fez surgir novos bairros e algumas áreas de ocupação espontânea em Barcarena, o que reestruturou socio espacialmente o município. (SILVA *et al*, 2017). No entanto, a infraestrutura planejada para atender essa população, na realidade ocasionou bolsões de pobreza devido ao despreparo na falta de infraestrutura local e de serviços suficientes para atender essa demanda que cresceu no entorno da área.

O município sedia um importante Distrito Industrial com empresas multinacionais de grande porte voltadas para a exportação. Atualmente, nessa configuração territorial encontram-se 6 principais atividades industriais licenciadas em operação no Distrito Industrial. São elas:

Quadro 1: Indústrias Licenciadas no Município de Barcarena

1 – ALBRAS	Primeira indústria a se instalar na região, iniciou suas atividades em 1985, operando com a produção de alumínio primário. Atualmente a ALBRÁS encontra-se licenciada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará para produzir até 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) toneladas anuais de alumínio primário.
2 – ALUNORTE	Por sua vez, iniciou suas atividades em Barcarena aproximadamente 4 (quatro) anos depois, em 1989, realizando o processo de obtenção da alumina a partir da bauxita, já que este mineral possui em sua composição outros produtos, como sílica, óxido de ferro e dióxido de titânio; para extrair a alumina da bauxita utiliza-se técnica denominada de processo Bayer, no qual a alumina é separada da bauxita por meio de uma solução aquecida de soda cáustica e cal, sendo a mistura bombeada para o interior de recipientes de alta pressão e aquecido, ocasião em que a soda cáustica dissolve a alumina, que se precipita da solução saturada, sendo a alumina, então, lavada e aquecida para a remoção da água. Quando a alumina é extraída da bauxita, o processo gera quantidade igual de resíduo de bauxita, também chamado de lama vermelha e composto por óxidos insolúveis de ferro, quartzo, alumínio silicatos de sódio, carbonatos e aluminatos de cálcio e dióxido de titânio
3 – IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A	Integra o grupo multinacional de mesmo nome e origem francesa, encontra-se em operação no distrito industrial de Barcarena desde 1996, tendo, em 2010, adquirido, do grupo VALE, a PARÁ PIGMENTOS S/A, tornando-se a maior planta beneficiadora de caulim do mundo. O caulim que a abastece é extraído de duas minas localizadas no Município de Ipixuna do Pará, às margens do Rio Capim, e transportadas até Barcarena por meio de minerodutos. O caulim é formado basicamente pela caulinita e tem a cor branca por causa do seu baixo teor de ferro.
4 – OXBOW BRASIL ENERGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	É a antiga TECOP TERMINAIS DE COMBUSTÍVEIS DA PARAÍBA LTDA, que iniciou sua instalação em 2010 e começou a operar em fevereiro de 2012, realiza a importação de petcoke (produto obtido a partir de resíduos do processamento produtivo das refinarias de petróleo) e coque metalúrgico, procedendo ao seu armazenamento, separação granulométrica e processo de blendagem, abastecendo outras indústrias, em especial as produtoras de cimento. Realiza atualmente a importação e beneficiamento de cerca de 200.000 toneladas de petcoke por ano.
5 – VOTORANTIM	Possui planta no Município de Barcarena desde 2010 para a fabricação de cimento, com produção anual licenciada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará de 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) toneladas. O processo produtivo licenciado em Barcarena utiliza, como matéria-prima, escória de autoforno, clínquer, gesso e calcário.
6 - YARA	Diferentemente das anteriores, não se encontra inserida em atividades de beneficiamento mineral, operando na fabricação de fertilizantes. A planta de produção opera no Município desde 2001 e pertencia originalmente à BUNGE FERTILIZANTES S/A, tendo sido adquirida pela YARA em 2013.

Fonte: Ministério Público Federal (MPF), 2019. <sup>6</sup>

<sup>6</sup> Realizei algumas modificações nesse quadro.

Todas as empresas listadas encontram-se licenciadas pela Secretária do Estado do Pará e Meio Ambiente e Sustentabilidade. E muito embora estas atividades industriais encontrem-se, em geral, com processo de licenciamento ambiental formalmente regulamentada, uma análise mais criteriosa da situação pode inferir que o Poder Público tem sido falho no controle, monitoramento e fiscalização ambientais da atividade industrial exercida no município de Barcarena. Pois, segundo a resolução 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997, além do licenciamento das empresas individuais é necessário que haja, também, o licenciamento da área destinada a abrigar as industriais. O que até o momento nunca houve o processo de licenciamento ambiental do Distrito Industrial de Barcarena. O licenciamento ambiental é relevante, pois permite que haja o monitoramento dos impactos ambientais das atividades industriais concentradas na área.

Além do mais, das indústrias listadas, no quadro acima, duas estão sob o controle acionário da multinacional norueguesa Norsk Hydro, adquirida em 2011 do grupo Vale, que são a ALBRAS e a ALUNORTE. As empresas têm respectivamente licença para produzirem até 460.000 (Quatrocentos e sessenta mil) toneladas anuais de alumínio primário e 6.375.000 (Seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil) toneladas anuais de alumina.

Do ponto de vista econômico, a mineração possibilita a extração de matéria-prima à confecção de utensílios para outras indústrias. As atividades de mineração demandam extensa mão de obra, o que viabilizam empregos diretos e indiretos, agravando o crescimento das cidades e a conseqüente desorganização espacial e social do território.

Segundo dados da IBRAM (2018), a indústria de mineração é o setor que mais gerou empregos diretamente, foram quase 651 mil trabalhadores empregados. E os Estados que mais viabilizaram empregos foram o Estado do Pará e Minas Gerais por concentrarem grandes reservas de minério. Razão que justifica o crescimento populacional em municípios que transformaram os seus territórios em modelo *Company town*, para atender a chegada da nova mão de obra.

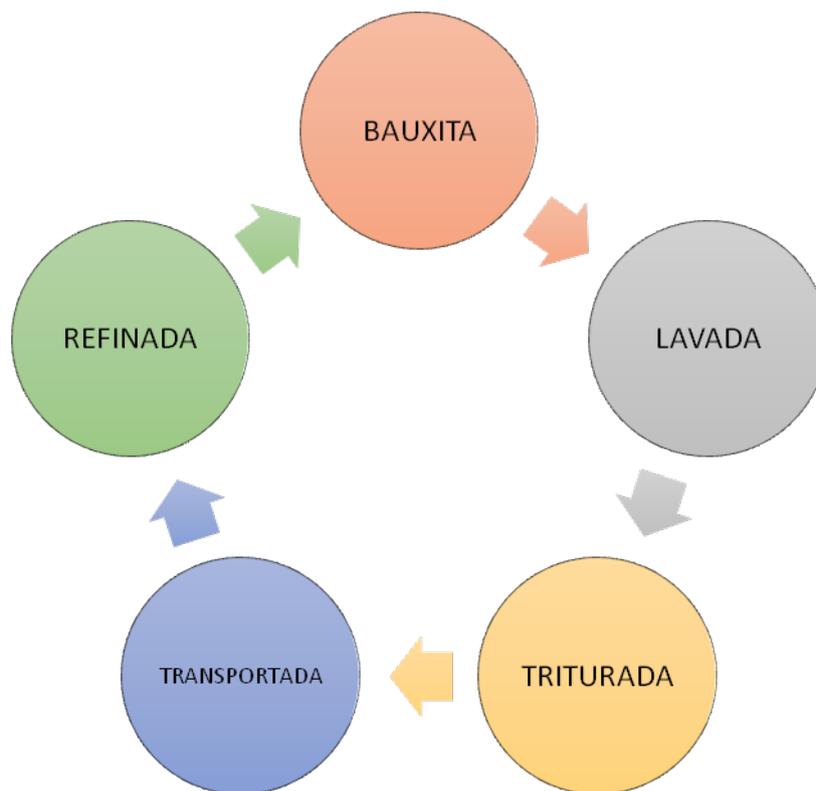
Dessa forma, o município vem expandindo o seu complexo urbanístico e industrial, com a presença de novas empresas, como Pará Pigmentos, Imerys, Rio Capim Caulim, Usipar, Tecop, Alumar, dentre outras. Voltado para atividades industriais, neoextrativismo, agronegócio e malha logística (energia, transporte, comunicação) é o que move a economia do município. De tradição na agricultura, porém avança com as indústrias instaladas na cidade ganhando cada vez mais impulso em função da localização do maior porto do Estado do Pará, o porto de Vila do Conde, em polo industrial de beneficiamento de caulim, alumina e alumínio.

A importância do município no contexto da mineração paraense é de extrema relevância, pois, o mesmo transformou-se no principal beneficiador mineral do Pará, com ligações com outros municípios no estado.

De Paragominas, Barcarena recebe via mineroduto a produção de bauxita que é utilizada pela Alunorte. A Alunorte juntamente com a Mineração Rio do Norte S. A. (MRN) e a Albrás, completa o ciclo produtivo do alumínio no estado do Pará.

Os municípios de Oriximiná e Paragominas respondem por cerca da totalidade da produção de bauxita existente no município de Barcarena. A dona do ciclo de extração de bauxita inicia-se na empresa de Mineração Paragominas S/A, que pertence ao grupo norueguês Norsk Hydro.

Imagem 4: Ciclo da mineração Paragominas / Barcarena



Fonte: Elaborado pela autora (CRISTO, 2020).

De acordo com o ciclo acima a mina está localizada em Paragominas (na região do sudeste do Pará) e é dona do ciclo de mineração. A mina tem capacidade de lavra de aproximadamente 10 milhões de toneladas métricas anuais de bauxita. Que posteriormente é lavada, triturada e transportada por meio de um mineroduto, tubulação de 244 quilômetros que leva o produto até ao município de Barcarena, para ser refinado em alumínio pela Hydro.

Além da Alunorte, a Pará Pigmentos e a Imerys Rio Capim Caulim S. A., também recebem a matéria-prima via mineroduto, do município de Ipixuna do Pará, de onde o mesmo é transportado por um mineroduto de 180 quilômetros de extensão passando por baixo de rios e igarapés, florestas, rodovias e municípios. (BARROS, 2009).

Além do mais, o beneficiamento do minério gera uma lama espessa, o rejeito, que é depositado em enormes tanques, barragens ou bacias de contenção. “Os rejeitos são assim considerados, quando não há viabilidade técnica ou econômica dos resíduos para seu reaproveitamento ou reciclagem”. E transformam totalmente as realidades das populações locais impondo a necessidade de readaptação dessas comunidades tradicionais tendo que conviver obrigados a jusante da barragem do rejeito da mineração. (RIBEIRO; SILVA, 2018, p. 123).

A construção dessas enormes estruturas para o depósito do rejeito gera “impactos negativos, de elevada magnitude do ponto de vista ambiental, como a interrupção de leitos de rios para a construção dos barramentos, a supressão de vegetação, a compressão dos lençóis freáticos (abaixo dessas barragens). E observa-se, ainda, o impacto na fauna local, sobretudo na ictiofauna e a alteração da paisagem”. (RIBEIRO; SILVA, 2018, p. 124).

Portanto, à modernização que caracteriza Barcarena com a presença do complexo industrial não correspondem investimentos em políticas sociais e ambientais capazes de acompanhar os efeitos das transformações engendradas pelas atividades econômicas ligadas à mineração.

O crescimento industrial e demográfico que o município sofreu, não foi acompanhado de um planejamento por parte das autoridades federais, estaduais, e municipais. O que representou um impacto direto sobre os serviços públicos existentes no local.

É importante ressaltar que as transformações territoriais ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 no município foram bastante acentuadas, com a implantação da indústria de grande porte. Aqui representada pelo setor mineral responsáveis pelas maiores transformações econômicas da história do município. Além do mais, os deslocamentos forçados que implicaram em mudanças de moradia e território foram parte estruturante da disputa pela hegemonia sobre a terra, o modo de produção e o modo de vida.

### 3.2 HISTÓRICO DE DESASTRES AMBIENTAIS

O debate sobre a construção social de territórios de desastres, considerando uma situação de águas poluídas, envolvendo rupturas de barragens de rejeitos e/ou o inadequado descarte de poluentes diretamente nos cursos d'água.

Essas poluições além de prejudicarem o ecossistema também comprometem as condições de vida de comunidades tradicionais, pois, elas são expostas aos efeitos nocivos dos poluentes industriais. Entre os efeitos na comunidade é possível identificar: graves problemas de saúde pública (contraídos pela ingestão de água contaminada pelas populações) e a insegurança alimentar relacionada às restrições à pesca e à pequena agricultura.

O termo desastre pode ser compreendido tanto: pela observação direta, ou seja, observar o local afetado; como também na memória local da comunidade que vivenciou e vivência a condição de desastre ambiental nas chamadas “zonas de sacrifício” (um conceito amplamente utilizado por cientistas latino-americanos para explicar regiões impactadas por projetos de mineração)<sup>7</sup>.

O desastre, na comunidade, vai sendo colocado como aspecto permanente de um modo de vida intimamente ligado à água, em que a vida vai sendo negada ao mesmo tempo em que produz condições de resistência a essa negação de direitos sociais e humanos. O desastre envolve cada detalhe do sujeito sendo impossível dissociá-lo do cotidiano das pessoas. Essas tendo suas vidas marcadas por tantos desastres percebem as mudanças que as atingem, sobretudo no que tange aos meios de existência e à reprodução social.

Os desastres de Barcarena, enquanto processo que se prolonga no tempo e na experiência dos sujeitos atingidos, faz necessário compreendê-los, pois, há diversos efeitos no caráter coletivo do sofrimento social e das experiências compartilhadas que rompe um determinado fluxo da vida. A experiência do momento presente com o desastre é geralmente elaborada em contraste com a memória construída de um passado. Uma face do desenvolvimento que nunca será sustentável enquanto impuser riscos e destruição de territórios de populações tradicionais.<sup>8</sup>

Desde a instalação do complexo industrial em Barcarena, nos anos 80, o município vem sofrendo consequências das atividades industriais e portuárias instaladas no município, a face mais devastadora do “desenvolvimento”. Nesta região estão localizadas as principais empresas de beneficiamento e exportação de alumínio, alumina e caulim e outros empreendimentos. Instalações que se sobrepõem em uma fisiografia marcada pela presença da

---

<sup>7</sup> Cf: ACSELRAD, H. Apresentação: **A insustentável leveza da política ambiental** (desenvolvimentos e conflitos socioambientais). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

<sup>8</sup> ESCOBAR, 2007; ESTEVA, 2000; ZHOURI; OLIVEIRA, 2010.



Quadro 2: Desastres socioambientais em Barcarena por ano de ocorrência

Ocorrência	Ano	Desastres
1	2000	Naufrágio da balsa Miss Rondônia, com derramamento de aproximadamente 2 milhões de litros de óleo BPF no rio Pará.
2	2002	Derramamento de coque (pó preto derivado do petróleo, também conhecido como carvão mineral) no rio Pará, devido à falha no transporte entre o navio e o complexo industrial Albrás/Alunorte, ocasionando uma mancha negra de aproximadamente dois quilômetros de extensão nas águas do rio.
3	2003	Dois vazamentos (abril e maio) de lama vermelha das bacias de rejeitos da Alunorte no rio Murucupi, ocasionando a mudança total da coloração de suas águas, passando da característica barrenta para vermelha e também mortandade de peixes.
4	2003	Chuva de fuligem em Vila do Conde, em que praias, rios, residências e estabelecimentos comerciais foram cobertos de material particulado de cor preta que chegou a ter cinco centímetros de espessura, provocando reações alérgicas e complicações e respiratórias nos moradores.
5	2003	Tanque de soda-caustica estourada da Alunorte, causando a contaminação do Rio Pará.
6	2004	Vazamento de caulim da bacia de rejeitos da Imerys, contaminando os igarapés Curupé e Dendê.
7	2004	Contaminação de praias, rios e meio ambiente pela fuligem da Alunorte.
8	2005	Contaminação por soda cáustica da Alunorte no Rio Pará.
9	2006	“Floração de Algas” no Igarapé Mucuraça e praia do Caripi.
10	2006	Vazamento de grande porção de rejeitos da bacia da Imerys, contaminando curso d’água e lençol freático da área do bairro industrial.
11	2007	Vazamento de mais de 200 mil m <sup>3</sup> de caulim da bacia de rejeitos da Imerys, que percorreram 19 km nos igarapés Curuperé e Dendê, atingindo o rio Pará e tornando a água imprópria para consumo humano.
12	2007	Mortandade de peixes no rio Arienga, iniciando próximo à área industrial da Cosipar.
13	2008	Vazamento de caulim no rio das Cobras e igarapés Curuperé, Dendê e São João.
14	2008	Vazamento de óleo das instalações da Petrobrás em Vila do Conde.
15	2008	Naufrágio do rebocador Jeany Glalon XXXII, próximo do Arrozal, ocasionando o vazamento de aproximadamente trinta mil litros de óleo e uma mancha de cerca de dezessete quilômetros de extensão.
16	2009	Vazamento de lama vermelha das bacias de rejeito da Alunorte no rio Murucupi, contaminando o rio e ocasionando a morte de peixes e danos aos moradores das comunidades ribeirinhas.
17	2010	Formação de nuvem de fuligem que encobriu todo o bairro industrial.
18	2011	Rompimento de duto com afluentes ácidos da Imerys, atingindo os igarapés Curuperé e Dendê.
19	2012	Vazamento de caulim do duto de transporte, devido a uma fissura, entre o porto e a planta da empresa por cerca de vinte e quatro horas, contaminando o rio Maricá.
20	2014	Vazamento de caulim da bacia de rejeito da Imerys, contraminando os igarapés Curuperé e Dendê.
21	2015	Despejo de soja e fezes de bois no rio Arrozal, na região do porto da Vila do Conde. A atividade é realizada pela multinacional de alimentos Bunge.
22	2015	Naufrágio do navio Haidar, no porto da Vila do Conde, com cinco mil bois vivos e setecentas toneladas de óleo, provocando a contaminação e interdição das praias da Vila do Conde e de Beja em Abaetetuba, com graves consequências aos moradores, ainda sem solução.
23	2016	Contaminação das praias por metal pesado e resíduos de esgotamento urbano, rio Pará e Igarapé Dendê.
24	2016	Vazamento de caulim da bacia de rejeitos da Imerys, contaminando as águas do rio das Cobras e dos igarapés do Curuperé, Dendê e São João, além da praia de Vila do Conde.
25	2016	Naufrágio do rebocador Ciclope.

26	2018	Vazamento da Bacia de Rejeitos da empresa Hydro, contaminando diversos mananciais e rios, colocando em risco os moradores.
----	------	--

Fonte: Ministério Público Federal (MPF), 2018.<sup>9</sup>

Na maioria das vezes o conceito de desastre surgir como uma concepção de “desastres naturais”, estritamente físicos (terremotos, tsunamis, chuvas fortes), alheios às ações de um modelo de desenvolvimento e de escolhas políticas. No entanto, os desastres não são naturais, mas sociais. Já que eles constituem-se em fatores de ameaça a uma determinada configuração sócio-política, ou seja, estão intimamente relacionadas às decisões políticas que geram consequências a grupos sociais vulnerabilizados a uma determinada estrutura social. A análise de estrutura social permite desnaturalizar a noção de desastres, para um processo social que evidencia vulnerabilidades. (LAVELL, 1993).

No dia 17 de fevereiro de 2018, data do vazamento da bacia de rejeitos da Empresa Hydro, treze comunidades de Barcarena viram seus quintais, poços e rios serem tomados por uma lama vermelha. Houve a tentativa de associar as causas do vazamento aos fenômenos naturais dos períodos de chuva na região. Com efeito, como dito, os desastres não se restringem às causalidades acarretadas por fenômenos naturais e sim as estruturas sociais, como, a localização dos empreendimentos que coloca em risco as populações locais, caracterizando um contexto de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2004).

IMAGEM 6: Vazamento da bacia de rejeitos



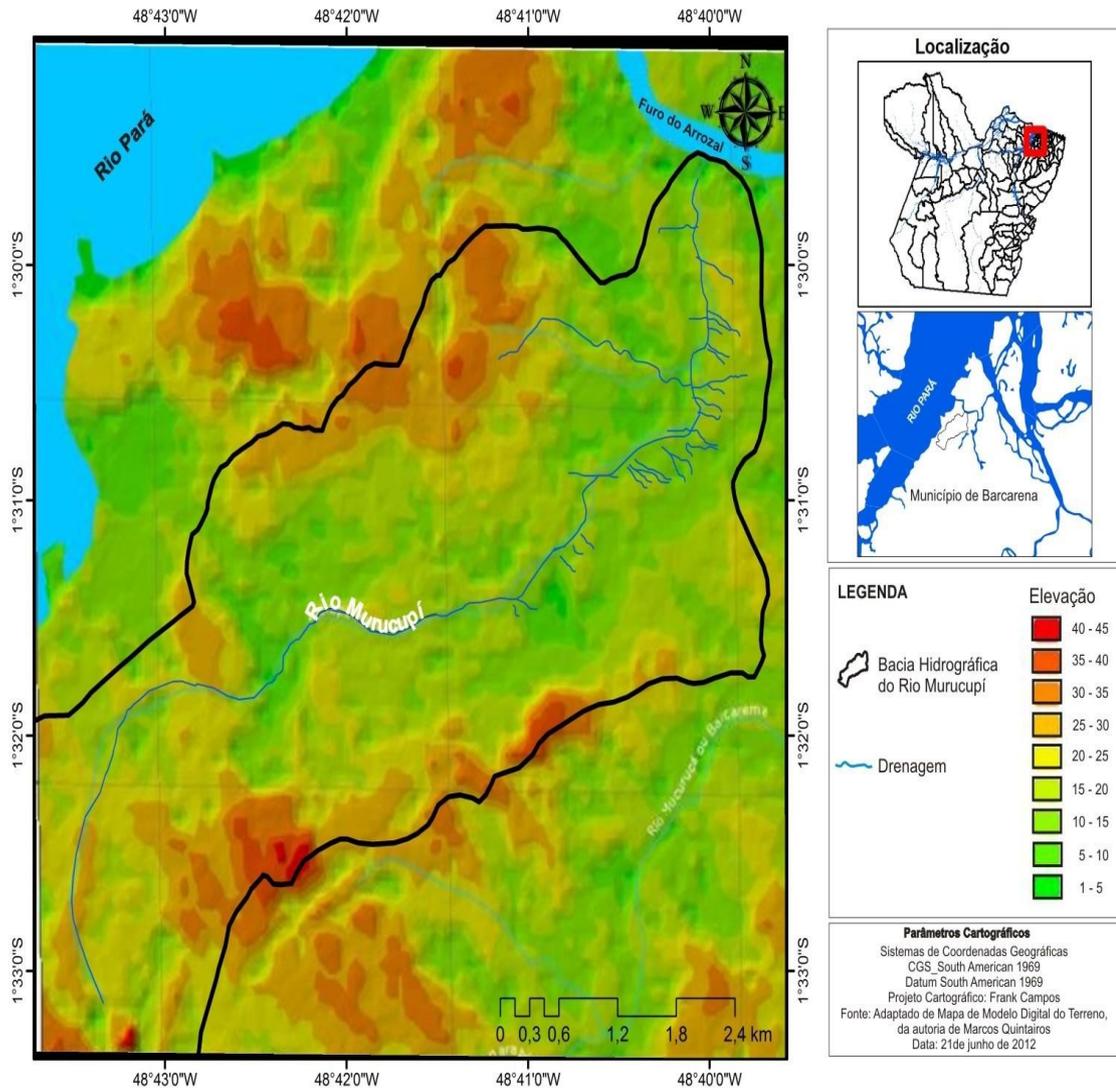
Fonte: Foto extraída das redes sociais.

Audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados em 13.03.2018.

<sup>9</sup> Realizei algumas adaptações nesse quadro.

O transbordamento da bacia de rejeitos da Alunorte provocou alterações físicas e químicas nas águas do rio Murucupi. É observável que a instalação da bacia de resíduos do processo de beneficiamento de bauxita próximo às nascentes do rio Murucupi representa uma situação de risco para os ecossistemas aquáticos e para a saúde da população às margens do rio.

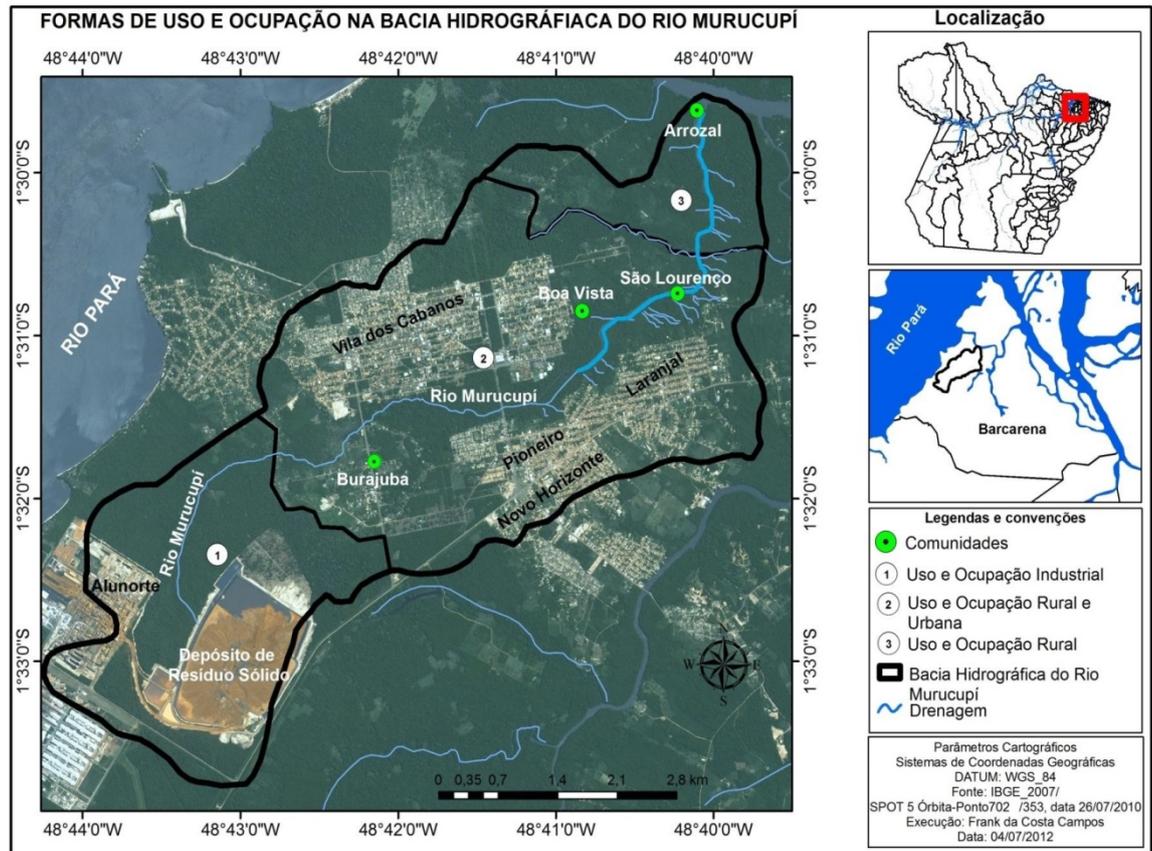
IMAGEM 7: Delimitação da área da bacia hidrográfica do Rio Murucupi



Fonte: SILVA (2012).

O desastre – a lama, o transbordo, o vazamento – se faz presente agora em todas as esferas da vida dessas pessoas, atravessando suas próprias histórias de vidas, alterando sua perspectiva em relação ao passado, presente e futuro. A experiência do desastre para esses sujeitos começa a partir do vazamento dos resíduos industriais.

IMAGEM 8: Comunidades próximas ao rio Murucupi, impactadas pela área industrial



Fonte: SILVA (2012).

Os fatores que estão diretamente associados aos graves acidentes ambientais provêm diretamente do porto de exportações e do polo industrial. Do porto de exportações há variados despejos irregulares no Rio Pará e no polo industrial o despejo de produtos químicos das indústrias lá instaladas. O histórico traçado, somado à situação precária em que se encontra o município diante dos novos acontecimentos, exige uma atenção especial dos órgãos competentes. Pois, os poluentes industriais normalmente provocam reações sociais, porque são originários de fontes visíveis. E a resistência contra as grandes empresas é frequentemente uma resistência contra o Estado.

Barcarena é um município que apresenta um monitoramento ambiental insuficiente. Um monitoramento que seja capaz de medir a qualidade ambiental da região como um todo, incluindo também os Municípios vizinhos a Barcarena, entre os quais se encontra Belém. Ressalta-se ainda que a situação de grande precariedade no licenciamento ambiental de todas as atividades industriais no município reflete-se na grande quantidade de acidentes ambientais que têm ocorrido na região. O que é um indicativo real da insuficiência da fiscalização e controle sobre as atividades que são executadas em Barcarena.

De acordo com o Inquérito Civil Público nº 1.23.000.000661/2015-70 do MPF (2019, p. 17), não há dados, nem registros sobre os acidentes ocorridos antes de 2000, “já que até então os órgãos de fiscalização ambiental sequer costumavam verificar as reclamações de vazamentos e outros acidentes apresentados pela população local”. Os documentos disponíveis pelos órgãos de fiscalização traçam até o momento uma cronologia de desastres socioambientais em Barcarena, a partir de 2000, como indicado no quadro (2).

De acordo com o quadro (2) as empresas Hydro e Imerys foram responsáveis por grande parte dos acidentes. O que reacende o debate dos riscos da magnitude dos danos irreversíveis para o meio ambiente (ar, água e solo) e às comunidades locais a jusante, quanto às atividades de mineração e a segurança de barragens no Estado do Pará. Já que o município carece de acompanhamento de sua agenda ambiental e de políticas públicas eficazes.

Os problemas advindos da implementação de empreendimentos minerários à cadeia produtiva do alumínio ocasionam diversos impactos socioambientais. O primeiro deles é a retirada da cobertura vegetal para a extração da bauxita o que provoca mudanças no uso e na cobertura do solo. Para a construção do complexo Albrás e Alunorte foi necessário ocupar áreas para atender aos interesses econômicos do mercado de exportação da matéria-prima.

E é neste processo que marca a gênese dos conflitos sociais e ambientais no município, entre comunidades, empresas e o poder local. Diante dessas desapropriações e deslocamentos das populações locais, num palco de conflitos por território e recursos, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará – CDI e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – Codebar foram responsáveis pelas desapropriações e expropriações das famílias que moravam na área. Foram 404 expropriações pela CDI e 155 desapropriações pela Codebar. O que se tornou constante no município os mecanismos de indenizações, até como forma desmobilizar as ações coletivas das comunidades.

O segundo impacto é quanto ao consumo de energia, pois as indústrias de alumínio são as maiores consumidoras de energia. Daí a “existência de uma relação entre os países grandes detentores de parques hidrelétricos”, produtoras de elevados impactos socioambientais no Brasil e no mundo "que muitas vezes se transformam em conflitos" com as populações atingidas. A ainda que considerar que “a possibilidade de execução de redes infraestruturais de energia, de hidrelétricas ou de gasodutos, e os avanços possíveis dos corredores de exportação de *commodities* estão certamente ligados à manutenção dos preços favoráveis das matérias-primas e das *commodities*, minerais e alimentares, no mercado global que continuarão a motivar os interesses de novos e relativamente velhos consumidores na região amazônica” (COELHO *et al*, 2010).

O terceiro impacto é quanto ao grande consumo de insumos para a redução da bauxita em alumina. Esses insumos poluem a atmosfera com a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa e por problemas respiratórios a população. Esses impactos alteram a paisagem, a dinâmica social, cultural e econômica das comunidades locais. (HENRIQUES; PORTO, 2013).

O quarto impacto é quanto a poluição das águas e do solo, pois os crimes ambientais dos efeitos da poluição do solo e da água praticados pelas empresas mineradoras recaem sobre grupos sociais mais vulneráveis que são levados a lutar pelos seus recursos e terras.

São despejos de rejeitos da produção do caulim da empresa francesa Imerys Rio Capim Caulim, no rio Dendê e Igarapé Curuperé que contamina as águas e o solo das comunidades tradicionais onde se localizou o Distrito Industrial, e os rejeitos do beneficiamento da alumina da Empresa Norks Hydro/Alunorte no rio Murucupi que afetam as comunidades quilombolas. Além dos rejeitos de coque da empresa TECOP que contaminam o ar, inviabilizando a permanência dos moradores de São Miguel. As comunidades imprensadas entre os muros e as bacias de rejeito das fábricas não têm alternativa de reprodução material, com isso, são levadas a configurar novas relações de forças para disputar recursos afim de garantir a sobrevivência nas terras tradicionalmente ocupadas. (ACEVEDO; MAIA, 2018, p. 7).

A água no município, em princípio a ser garantida às populações em condições adequadas, está cada vez mais degradada no que diz respeito à qualidade e à quantidade. Não só volumes expressivos de resíduos industriais são escoados pelos os rios dessa região, provocando um severo comprometimento ambiental, como também tem ocorrido inúmeros atentados violando os direitos humanos, incluindo deslocamento forçado das comunidades e assassinatos. Face a isso constata-se o surgimento de movimentos sociais que denunciam injustiças ambientais, uma vez não cumpridos os deveres dos poderes públicos na garantia de um dos direitos básicos à sua população. Pois, segundo Silva (2012, p. 36).

A água é um elemento vital e imprescindível para o desenvolvimento social e econômico dos seres humanos. Dessa forma, os recursos hídricos, destacam-se em relação aos demais recursos naturais, por serem considerados elementos fundamentais da natureza e componentes imprescindíveis para o desenvolvimento da vida na terra.

Os rios e igarapés de Barcarena sofrem com sucessivos vazamentos de óleo das embarcações, dutos clandestinos e despejos de rejeitos químicos que inviabilizam a pesca e a produção agrícola. Todas as empresas instaladas no município produzem resíduos. O resíduo de alumínio da Hydro Alunorte, a lama vermelha, é um dos mais graves, porque vai sendo contida e compactada em enormes bacias.

IMAGEM 9: “Tubo clandestino” verificado na vistoria



Fonte: G1<sup>10</sup>

As bacias da empresa Norsk Hydro possuem aproximadamente 50 metros de altura, ao que corresponde a um prédio de 25 andares. Um acontecimento como esse, do rompimento dessas bacias, é capaz de devastar a fauna e a flora, contaminando os solos e os rios e a comprometer, principalmente, o abastecimento de água para milhares de comunidades que convivem com os riscos socioambientais relacionados aos manejos dos rejeitos das indústrias de mineração.

Além do mais, as estruturas bastantes elevadas são de alto risco ecológico e social, uma vez que a região é cercada por comunidades. No mínimo é preciso estabelecer distancias mínimas de 10 km, entre barragens e comunidades. E impor limites ou proibir barragens construídas com a técnica à montante, o tipo mais comum, mais barato e o menos seguro.

Sabe-se que os rejeitos sólidos da produção de bauxita devem ser objeto de cuidados criteriosos, devido ao risco de contaminação dos recursos hídricos causados pelos acidentes. E que as gestões públicas nos territórios onde estão atividades que põem em risco tais recursos cabem a responsabilidade da regulação, com vistas a garantir o acesso e o uso social da água pelas populações locais. Para tal existem as diretrizes do Código das Águas que trata da gestão ambiental dos recursos hídricos no Brasil, criado na década de 1930, quando foi implementado o decreto federal 24.643 de julho de 1934, que viria a tratar das diversas

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2018/08/01/cpi-da-alepa-que-apura-danosambientais-em-barcarena-ouve-o-secretario-estadual-de-meio-ambiente.ghtml> > Acesso em: 18.out.2018. 9; e, Disponível em: < <https://www.semas.pa.gov.br/2018/02/21/semas-mantem-fiscalizacao-e-monitoramentoem-area-da-hydro-em-barcarena/> >. Acesso em: 06. junho.2020.

formas de usos da água. No entanto como o Código das águas, não atingiu a sua plenitude na efetivação dos seus aparatos legais, anos depois foi criada a Lei 9.433 que estabelece a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH), com o intuito de promover a utilização mais eficiente deste bem.

De acordo com a avaliação e o resultado das águas pelo Laboratório de Química Analítica e Ambiental – LAQUANAM, indicavam que a água no município é imprópria para consumo, por alterações no PH – índice que mede a acidez ou alcalinidade. A coleta das amostras de água foi realizada em parceria com a Marinha do Brasil, SEMA, LACEN-SESPA e MPF. As amostras foram coletadas em 26 localidades, nos sistemas de abastecimentos das comunidades e nas residências dos moradores nas condições de consumo. A metodologia da coleta dividiu as localidades em dois grupos, os situados na região próxima ao polo industrial e as localidades situadas na região das ilhas circundantes ao município:

#### Grupo 1: Região próxima ao Polo industrial

- Vila do Conde: Distrito Industrial, Maricá, Canaã, Ilha São João, Curuperê, Acuí, Pra Major Peteca, Dom Manuel.
- Vila dos Cabanos: Fazendinha, Burajuba, Bairro Murucupi, Bairro Laranjal, Vila Nova, Vila Itupanema.

#### Grupo 2: Região das ilhas

- Cafezal, Furo do Arrozal, Ilha Arapari, Ilha Arapiranga (Vila Arapiranga, Fleixeira e Prainha), Ilha das Onças (Ponta de Cima e Furo Laranjeira), Ilha São Mateus (Vista Alegre), Ilha Trambioca (Porto da Balsa), Vicarai (Rio Aicaraú).

Em comparação aos dois grupos, a LAQUANAM ao analisar as amostras coletadas evidenciou uma variação de metais pesados nas águas das regiões estudadas. E esses níveis aumentam consideravelmente sempre que ocorrem episódios de acidentes ambientais no município. Em grande parte os acidentes são provenientes das falhas no processo de licenciamento ambiental. O Licenciamento ambiental, nos termos do art. 1º, inciso I da Resolução 237 do CONAMA, consiste no:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que,

sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Diante dos indícios de transbordamentos e lançamentos de efluentes não tratados com alta alcalinidade e contendo metais acima da legislação, juntamente com as denúncias das comunidades atingidas, é imprescindível que haja a proteção à saúde dessas populações. Nesses casos o Instituto Evandro Chagas - IEC sugere as seguintes medidas cautelares: disponibilizar água potável pra todas as comunidades atingidas e preparar um plano de emergência pra avaliar a qualidade da água. Além do mais, na crise humanitária, social e ambiental que acomete Barcarena exige uma força tarefa para avaliar os impactos reais nos indivíduos.

Portanto, evitar acidentes como que ocorreu em Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais, requer intensa responsabilidade e vigilância por parte das empresas e do poder público, bem como levar em consideração a diversidade ambiental e social da região onde viabilizam-se empreendimentos minerários. Acrescente-se, ainda, que a maioria destas empresas já se envolveram em acidentes ambientais ocorridos nos últimos anos em Barcarena. Já no que refere se aos investimentos em projetos de cidadania e meio ambiente, as empresas não dispõem destes dados separados onde as mesmas consideram estes investimentos empregados na forma de sustentabilidade. No que tange a responsabilidade social a Hydro mantém diálogo com partes interessadas, incluindo o Governo do Pará, para fortalecer o engajamento com as comunidades locais.

## 4 BEM VIVER E PERTENCER: LÓGICA NEGADA

Os principais temas abordados nesta seção são: *bem viver* e o sentimento de pertencimento (dos atores locais com o seu território). A abordagem desses conceitos e construtos é necessária para o entendimento dos modos pelos quais a participação e o engajamento comunitário podem ocorrer a partir do sentimento de pertencimento que o indivíduo estabelece com o seu território.

### 4.1 SOBRE O BEM VIVER

Do Bem Viver emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade. (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, p. 17).

Nas últimas edições do Fórum Social Mundial têm se levantado a discussão de um modelo civilizatório que tenha como base o *Bem Viver*. O *Bem Viver* é uma concepção incompatível com o capitalismo racista excludente, de que são vítimas as populações tradicionais. Com a exploração e dominação que muitos povos passam, tentam caminhar e sobreviver com novos projetos na construção de alternativas a esse modelo dominante. Nesse contexto, o termo descolonizar surge como um caminho de luta contínuo na defesa de direitos básicos, como saneamento, saúde, educação e igualdade social, a fim de traçar um rumo novo para os povos.

O *Bem Viver*, “*Bien Vivir*”, “*Vivier Bien*” surgiu na região andina na América do Sul e é um conceito em construção que emergiu das culturas tradicionais. Sugere uma reflexão de *Bem Viver* dentro da relação sociedade e natureza, que se aproxima dos temas de “bem comum” e dos reflexos do “desenvolvimento” na exploração inclemente de recursos naturais. É uma teoria de vida que parte das complexidades do cotidiano, dos povoados e das experimentações das comunidades que se afirmam no equilíbrio entre sociedade e todos os seus bens comuns, que “refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta”. (ACOSTA, 2016, p. 15).

É na concepção milenar de *Bem Viver* que se fundamentam e constituem as formas do social e do político dos povos que se tornaram invisíveis ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. Esse processo, em particular, exige um esforço orçamental significativo e da

reunião dos esforços entre os agentes públicos e privados. E que promova uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática.

O *Bem Viver* tem sido referido como uma filosofia de vida que propõe outra forma de organização social e práticas políticas (ACOSTA, 2016), uma atitude de vida (CORTEZ, 2011), uma ontologia (THOMSON, 2011), um modelo de desenvolvimento (RADCLIFFE, 2012) e uma alternativa ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2011). E se baseia na busca por igualdade, justiça social e no diálogo com os povos. Estes podem ser considerados os preservadores diretos das florestas. São os principais responsáveis pelo equilíbrio e uso sustentável dos recursos naturais, além de fiscalizar e denunciar os crimes ambientais.

Para o autor Alberto Acosta (2016) o *Bem Viver*, enquanto filosofia de mundo, é uma oportunidade para se imaginar outros mundos. Assim como também, uma alternativa forjada no calor das lutas das populações tradicionais, contrárias ao acúmulo de opressão do capital inclemente. Esse autor ainda alega que:

A visão de mundo dos marginalizados pela história, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza. (COSTA, 2016, p. 24-25).

O *Bem viver* está nas comunidades indígenas, mas também nas comunidades quilombolas. É possível compreender o quilombo como um território negro de articulação da vida comunitária e de resistência. A vida em comunidade, com o compartilhamento de recursos variados que a natureza disponibiliza, se impõe não somente como uma escolha, mas como necessidade de sobrevivência.

Mesmo que o recorte de gênero não seja o ponto de partida desta pesquisa, em diversos momentos esta investigação se deparou com o fato de que as mulheres negras brasileiras (em sua experiência de exclusão, violência e assassinatos) têm liderado comunidades. E essas mulheres resistem, mesmo não dominando noções políticas ou filosóficas do comum ou do *Bem Viver*.

Essa relação sobre as mulheres liderando comunidades evoca muitas reflexões, como por exemplo, a ideia de que “a participação das mulheres nos movimentos ecológicos é resultante do seu compromisso cotidiano mais estreito com a utilização da natureza e o cuidado com um meio ambiente saudável” (ALIER, 2007, p. 283).

Nesse sentido, foi com essas mulheres que essa pesquisa se deparou. E através de suas falas esta investigação buscou sistematizar as noções de *Bem Viver*. Mas, como se pode perceber na seção sobre *Estratégias sociais e políticas da Cainquiama*, ainda há muito a se discutir para abordar tais noções em sua complexidade, com simplicidade. Este é apenas um início.

As mulheres são historicamente e socialmente as principais responsáveis pelo trabalho de reprodução da vida, como cozinhar, lavar, limpar e cuidar. Nesse contexto, as mulheres quilombolas seriam “guardiãs dos saberes e das lutas” e “que carregam em seus corpos o peso das opressões históricas operadas pelo patriarcado, pelo capitalismo, pelo racismo e pelo colonialismo” (NASCIMENTO, 1985, p. 45).

Nessa perspectiva, é importante destacar que se articularam politicamente em todo o país, no ano de 2015 mais de 20 mil de mulheres se encontraram em Brasília para a *Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver*<sup>11</sup>.

Essa Marcha pode ser compreendida como um laboratório real da luta pelo *Bem Viver*. Em que “O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência dos seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade e o planeta com todos os seres, por mais insignificantes ou repugnantes que possam aparentar”, como escreveu Alberto Acosta (2016).

Todo esse trabalho de luta, das mulheres quilombolas, do cuidado, da proteção, da preservação da cultura dos grupos sociais, têm um papel social relevante na preservação de suas tradições. As lideranças exercidas pelas mulheres é central na luta política por territórios, na medida em que essas mulheres quilombolas sempre tiveram um papel principal na reprodução do coletivo, na atuação política e no modelo de sobrevivência, da luta por terra, território, saúde e pelo bem viver.

Nas comunidades quilombolas a vivência diária, a relação com a terra é perpassada de geração em geração: tanto nas atividades de rotina, quanto nos atos de mobilização coletiva, as mulheres mantêm vivos os quilombos. Em muitos casos, a defesa dos seus territórios é feita com sua própria vida. Em um ecofeminismo de resistência contra a degradação do meio ambiente. (ALIER, 2007).

Entretanto, os conceitos de “progresso” e “modernidade” que orientam as políticas nacionais não consideram os saberes das comunidades tradicionais, deixando de fora seus conhecimentos e experiências, reordenação sociorracial equilibrada, capaz de acolher saberes,

---

<sup>11</sup> Cf: Manifesto da Marcha das Mulheres Negras. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> > Acesso em: 10/09/2019

práticas e experiências até então ignorados pelas dominantes configurações do poder econômico. Apesar desse importante papel, no que diz respeito ao direito a terra, muitas pessoas não compreendem a importância das comunidades quilombolas como preservadoras ambientais, chegando até a ameaçar o *Bem Viver* dessas comunidades. Em que diante dos desastres ambientais a comunidade, precisa reinventar suas relações, laços e noções de pertencimento.

Levando em consideração o conceito de *Bem Viver*, aqui exposto, elucida-se que: O *Bem Viver* do universo ribeirinho, das populações de Barcarena, era formado de várias territorialidades, composto de riquezas e recursos e de sustento das famílias das comunidades. Era simbolizado pelo: rios, igarapés e pelas áreas de posse de cada família.

Dessa forma, de acordo com Maia, as relações da comunidade com rios e os igarapés “não eram somente uma possibilidade de comunicação entre as unidades residenciais, mas também um lugar de trabalho, de lazer, o qual faz parte de todo imaginário de existência, identidade e resistência das comunidades”. O autor ainda nos faz refletir que “nos estudos sobre modos de vida na região é sempre ressaltada a importância do rio para o povoamento e economia da região”. (2017, p. 59). Tais reflexões podem também ser observada a partir dos seguintes depoimentos:

“Nossos rios estão poluídos, o solo também. Sem água, não há vida.” (ENTREVISTADO 15).

“Colhia cerca de 60 sacas de macaxeira, 30 de milho, 10 de maxixe. A plantação não vinga. Esta murchando tudo. Não dá nem para comer, quanto mais para vender.” (ENTREVISTADO 23).

As falas dos entrevistados a cima são importantes para perceber que foi retirada a presença da floresta e do rio da vida dessas pessoas, e mesmo após os deslocamentos das famílias para outras áreas (para as primeiras instalações do complexo de mineração) ainda é possível reconstituir nas vozes dessas populações locais, a história da relação homem e natureza, das comunidades quilombolas e indígenas que ainda resistem e vivem as margens dos rios e igarapés.

Enquanto prática de resistência ao colonialismo, o *Bem Viver* é ainda um modo de vida em várias comunidades tradicionais que não foram totalmente absorvidas pela modernidade e pelo desenvolvimento. Pois, mesmo estando hoje os rios poluídos, resistem na memória das comunidades locais de Barcarena. Tais reflexões podem ser observadas nas seguintes falas:

“As crianças podiam brincar no rio. A gente podia tomar banho. Hoje não mais.” (ENTREVISTADO 4).

“Os velhos retiravam o sustento. Era muito peixe, fartura, minha filha.” (ENTREVISTADO 11).

O rio para a comunidade é lembrado nas narrativas, sobretudo dos mais velhos, como um lugar de águas limpas e de fartura onde se podia tomar banho e pescar peixes para consumo próprio ou para vender. Em torno da água, enquanto forma de rio, sociabilidades eram produzidas, refletindo uma profunda relação com o lugar como observado nas narrativas acima, reforçada por uma memória, herdada dos mais antigos. Havia água limpa para consumo, onde eram produzidas relações de sociabilidade, lazer, convivência em comunidade. E é nesta história ambiental que se conservam as lembranças de um tempo onde a vida das comunidades eram em volta dos rios, na harmonia do *Bem Viver* de Alberto Acosta (2016).

Quando visualizamos o rio como recurso natural comum, devemos contextualizar uma cultura. O rio Murucupi é um recurso de uso comum porque assim ele foi concebido e construído pelas comunidades tradicionais de Barcarena e, portanto, fazendo parte da história ambiental dos indivíduos que compartilham e constroem sua paisagem (MAIA, 2017, p. 66).

O rio é a figura central na memória dessas populações. Mas hoje esse cenário é reduzido “em desemprego, subemprego, contaminação dos rios e igarapés, desmatamento e muitas lutas por território e sobrevivência diária das comunidades tradicionais” (MAIA, 2017, p. 64). Essa relação pode ser observada também através dos relatos a seguir:

“Aqui não temos mais nada com vida. Os peixes todos morreram. Morreram galinhas, patos, e nós não temos água, porque nossos rios ficaram comprometidos. Estamos à mercê, estamos nas mãos de Deus.” (ENTREVISTADO 7).

“Esse rio representa tudo. Eu cresci aqui, brincava com meus amigos aqui. Minhas raízes estão nele. Então, ele representa tudo... tudo... mesmo.” (ENTREVISTADO 3).

“Essa comunidade então, ela representa para mim é saudade. As nossas vidas foram destruídas. Só estão na lembrança”. (ENTREVISTADO 14).

A sabedoria ancestral dos povos tradicionais, da proposta do *Bem Viver*, pode ajudar a adquirir uma relevância especial nas discussões frente a crise ecológica atual. As discussões desses povos se assemelhariam a uma teoria que não teria sido elaborada a partir de livros, mas a partir da experiência milenar que busca harmonia entre as pessoas e os recursos naturais (enquanto bens comuns).

Na sabedoria desses povos é possível compreender que é desnecessário acumular ou consumir em demasia os bens da terra. E a qualidade de vida que se pretende ter não deve partir apenas de intervenção e fiscalização, mas, também de cooperação com as camadas que tem nesses recursos a sua forma mais elementar de reprodução e manutenção da vida.

Dessa forma, esta seção, longe de apresentar sistematizações científicas, buscou aguçar o desejo de aprender o *Bem Viver* com as mulheres negras protagonistas de lutas sociais. Pesquisas que se debruçam a registrar e analisar as práticas ancestrais dessas mulheres, certamente contribuirá com uma compreensão mais ampla do comum, que pode estar a serviço de todos.

#### 4.2 O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

O sentimento de pertencimento no âmbito de comunidades tradicionais é um construto importante para o entendimento da formação de uma identidade social coletiva, no que tange às ações de cuidado com o território e os problemas ambientais vivenciados.

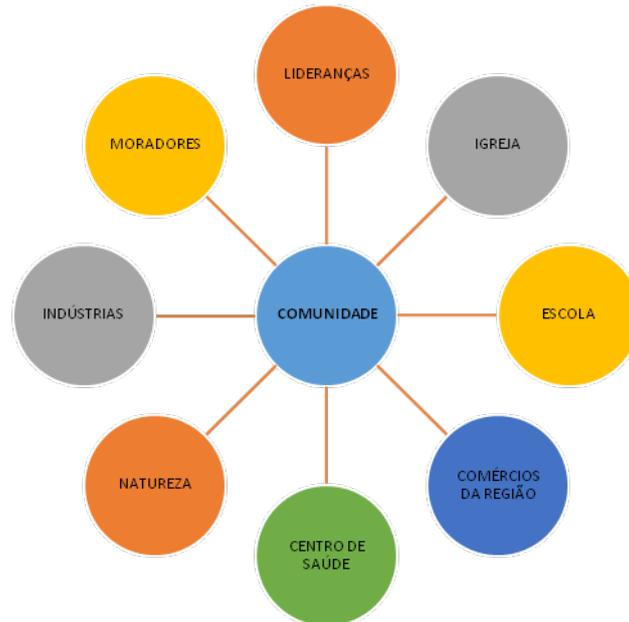
Esse termo tem sido discutido em algumas literaturas, por autores como: Bauman (2005) que discute como se estabelece entre os moradores de um território esse sentimento, tal qual pode ser constatado no território estudado; bem como aponta Todorov (2000), uma característica inerente à maioria dos seres humanos.

O sentimento de pertencimento influencia a forma como os indivíduos percebem e se relacionam com o meio social, funcionando como um estímulo na busca de alternativas que solucionem ou minimizem os seus impactos sociais negativos vivenciados. Os indivíduos se sentem participantes e passam a agir em seu território, no que poderá contribuir intervindo para transformar o seu meio ambiente. (GASTAL; PILATI, 2016).

Pode-se entender que o sentimento de pertencimento está ligado diretamente as relações interpessoais que são estabelecidas do sujeito com o seu território. E não se pode fazer referência a um sentimento de pertencimento, sem ter em mente quem são esses sujeitos.

No contexto desta pesquisa, os sujeitos foram os moradores da comunidade do Burajuba. Dessa forma, a partir desse sentimento de pertença passam a pensar em si mesmos como membros de uma coletividade, cujos sinais ou marcas que os identificam expressam valores para com sua comunidade, como indicado no diagrama abaixo:

Imagem 10: Relações interpessoais do sujeito com o território



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

De acordo com o diagrama exposto o pertencimento está ligado ao modo como o indivíduo interage com o meio em que vive, seja como: moradores, lideranças, centros de saúde, escolas, entre outros. “Assim, quando os sentimentos de pertencimento e identidade estão mais fortalecidos, valores como respeito, cuidado e ajuda mútua estarão presentes nas relações humanas, facilitando a cooperação entre os sujeitos, em ações que visem o bem comum” (PAIVA, 2018, p. 32).

Dessa maneira, o senso de pertença pode contribuir para que grupos busquem promover transformações desse lugar<sup>12</sup> (comunidade). O lugar é “central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente e essencial para imaginar outros contextos de construção da política, do conhecimento e da identidade” (BAUMAN, 2005, p. 9).

Este sentimento faz com que os grupos minoritários, a despeito das dificuldades, dos desafios e de suas limitações estruturais, se organizem em prol de um projeto social, político e/ou comunitário. O senso de pertença se relaciona com a coletividade, onde o sujeito forma rede de resistências, que refletem as estratégias de lutas do povo que se reconhecem como sujeito ativo, corroborando com o seguinte relato:

“O poder da comunidade é um poder coletivo. Nós nos organizamos não apenas em nossos territórios, mas também em nossa própria vida, em nossa comunidade. Precisamos deixar nossos territórios livres de violência, livres

<sup>12</sup> O “lugar”, que segundo Bauman (2005), desapareceu no frenesi da globalização.

da mineração; queremos ser capazes de celebrar a água, a terra e o ar como vitais e repletos de vida”. (ENTREVISTADO 25).

O exemplo de como esse sentimento de pertencimento é importante para o fortalecimento do coletivo, explicita-se a comunidade do Burajuba, lugar onde o sujeito se sente pertencente a um território, a uma comunidade, a uma família; esse sentimento fará com que este sujeito se aproprie desse lugar e se sinta à vontade para intervir nesse lugar. Ele ao sentir-se pertencente a algum lugar, poderá contribuir para intervir na transformação do seu meio ambiente sejam por meio de políticas públicas, sejam por meio de programas e projetos sociais.

Uma questão que é levantada por Bauman (2007), nas inter-relações estabelecidas dos processos grupais é o fato dessas inter-relações gerarem conflitos, que podem ter como consequência a degradação das relações entre as pessoas. Alier deixa claro que os conflitos de vizinhança com as comunidades do entorno é uma “prematura manifestação do ecologismo popular” (2007, p. 94). Exemplos dessa degradação progressiva aparecem nas relações de vizinhança com indústrias poluidoras, que geram desequilíbrios ecológicos e sociais, perturbações e inquietações estruturais que fragilizam as inter-relações. E, portanto, sempre existirão fatores que favorecem o pertencimento e fatores que o desfavorecem.

Nesses fatores os sujeitos passam a experimentar um sentimento de ameaça no esquecimento de como o território significava enquanto lócus das relações sociais e modos de vida, ancorados em sentimentos de identidade e pertencimento. Em que as pessoas reforçam e atualizam os sentimentos de pertencimento e comunidade, diante de experiências compartilhadas de perdas, e sofrimento social, em que precisam reinventar suas relações, laços e noções de pertencer.

Observa-se que o sentimento de pertencimento pode ser também definido pelo enraizamento do indivíduo, associado à realidade política, social e econômica deste. Que é compartilhada coletivamente com os outros membros da comunidade. O “pertencimento pode ser compreendido como uma crença ou ideia que une as pessoas, e é expresso por símbolos e valores sociais, morais, estéticos, políticos, culturais, religiosos e ambientais dentre outros, de um determinado lugar” (COUSIN, 2013, p. 10).

Cabe esclarecer que esta pesquisa não pretendeu trazer conclusões definitivas em relação ao conceito de pertencimento, mas provocar a reflexão acerca da importância do sentimento de pertencimento na relação do sujeito com o seu território. De narrativas, com

pessoas específicas que representam vozes que se identificam como pertencentes à comunidade.

Portanto, refletir sobre o significado político do sentimento de pertença dessas comunidades tradicionais encontra-se diretamente vinculada a problemática de injustiça ambiental, da qual são vítimas dos “negócios irresponsáveis” do avanço das indústrias mineradoras, do agronegócio, da extração de madeira, das barragens que caracteriza um desenvolvimento desigual da economia na região, favorecendo problemas ambientais e culturais que afetam diretamente as comunidades e o sentimento de pertencimento. Dessa maneira, o senso de pertença pode contribuir para que grupos se apropriem do lugar e passem a intervir nesse território, com o objetivo de promover a transformação.

## 5 JUSTIÇA AMBIENTAL: O DESAFIO DO BURAJUBA

Os locais em que estão concentradas as populações indígenas, negras ou de poucos recursos são as mais afetadas pela degradação ambiental e a reprodução de injustiças ambientais. Nesta linha, será examinado o caso apresentado pela Comunidade Quilombola do Burajuba, localizada no Município de Barcarena, em especial no que se refere ao delineamento da justiça ambiental. Ressalta-se que o enfrentamento da injustiça ambiental tem por fundamento a busca do bem comum e a luta pela democracia. Certamente vê-se a necessidade de repensar os parâmetros que determinam a destinação dos danos e riscos da poluição industrial.

### 5.1 SOBRE A JUSTIÇA AMBIENTAL

É no seio do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos da América (EUA) que nasce o racismo ambiental em sua perspectiva histórico-conceitual, que levam em conta principalmente pautas de luta por equidade social e contra a discriminação racial, e são marcadas pelos movimentos contrários ao racismo ambiental. O movimento de combate ao racismo ambiental, dessa forma, surge de grupos marginalizados da comunidade negra de Warrem County, na Carolina do Norte, quando a população descobriu que um aterro tóxico seria instalado as proximidades da comunidade que protestavam contra a sua maior exposição aos riscos ambientais provenientes de lixos industriais, radioativos e químicos.

Historicamente, a partir de 1978, o primeiro movimento por justiça ambiental começou a se organizar nos EUA com o caso do Love Canal, Niagara, Estado de Nova York, onde a população de classe baixa descobriu que suas casas foram construídas junto a um canal que serviu de depósito de dejetos químicos. O sociólogo Robert D. Bullard foi o responsável pelo primeiro mapa da desigualdade ambiental com base em dados empíricos das próprias denúncias de racismo ambiental dos movimentos. (ACSELRAD, 2010, p. 112).

Entende-se por injustiça ambiental “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008, p. 2).

O conceito de justiça ambiental refere-se, portanto, a um “conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais, ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações

econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas”. (HERCULANO, 2002, p. 3)

Para Henri (2009), o que o movimento por justiça ambiental se dedica a demonstrar que eventos provenientes de aterros, incineradores, lixos industriais e demais unidades poluidoras se deslocam para locais mais pobres ou habitados por minorias raciais. Ainda de acordo com esse mesmo autor, a “noção de justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental”, e ela “resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social”, dessa forma, esse “processo de ressignificação está associada a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis” (ACSELRAD, 2010, p. 108).

Segundo Alier (2007), a luta contra o racismo ambiental seria a mais sensata manifestação da busca pela justiça ambiental. Porém, como explicitou Acselrad (2004), o termo justiça ambiental por sua funcionalidade seria o mais adequado e abrangente por auxiliar a compreensão do racismo ambiental. E por ser “um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento” (SILVA, 2011, p. 04).

Em termos gerais a noção de justiça ambiental que identifica a exposição desigual dos riscos é resultado da lógica de uma sociedade estruturada em “classes ambientais”, como sugere Murphey (1994), ou seja, há os que ganham com a degradação ambiental e os que sofrem as penalizações desta degradação que atingem os locais onde residem os mais pobres. É nessa desigual incidência de danos ambientais que se justifica o nascimento do ecologismo popular. O “ecologismo dos pobres que luta por justiça ambiental existe em distintos países com diferentes histórias e culturas” que tem se convertido em um tema da história social em muitos lugares do mundo (ALIER, 2007, p. 93).

No contexto acadêmico, norte-americano, a temática da justiça ambiental já vem sendo discutida, em programas de pós-graduação com a criação de centros de pesquisa como: *Environmental Justice Research Center – EJRC, da Universidade de Atlanta, Geórgia; Deep South Center for Environmental Justice na Xavier University, Louisiana; Environmental Justice Programa da School of Natural Resources and Environment da Universidade de Michigan.* (HERCULANO, 2002).

No Brasil o conceito de justiça ambiental, surge associado ao termo “ambientalização dos conflitos sociais” (LEITE; LOPES, 2004) articulada à ação política de pesquisas acadêmicas de autores como: Acselrad, 2004, 2010; Zhouri, 2008, Zhouri; Siano; Laschefski,

2005, Zhouri; Teixeira, 2007. No Brasil também têm surgido muito outros movimentos em defesa da vida humana e da natureza. Que passa a denunciar conflitos onde se insere uma distribuição desigual dos danos ambientais de grandes projetos de desenvolvimento econômico.

A luta por justiça ambiental, enquanto categoria analítica está intimamente relacionada à sua emergência como um dispositivo político na luta dos movimentos sociais diversos que têm internalizado a questão ambiental em suas pautas reivindicatórias. Nesse sentido, tornou-se uma referência recorrente na história recente dos movimentos sociais que lutam pelos seus direitos. Para tanto, o uso da categoria *conversão ambiental* passa a ser usado para expressar as lutas dessas populações dos negros, asiáticos, latinos e índios, contra as consequências negativas do desenvolvimento econômico que as atingem de forma muito mais grave e intensa esses grupos étnicos-sociais.

A justiça ambiental apoiada na categoria de “conversão ambiental” está intimamente ligada ao movimento, *What’s in my backyard* que significa “o que se passa no meu quintal?”, que trata de uma reivindicação voltada para os EUA que parasse de contaminar as comunidades com os seus empreendimentos poluidores.

Tal reivindicação foi apoiada com base no relatório realizado pela Universidade de Atlanta, intitulado *Toxic wastes and race in the United States: A national report on the racial and socio-economic characteristics of communities with hazardous waste sites*, lançado em 1987 (United Church of Christ, 1987), que confirmava a relação entre danos ambientais e bairros habitados por populações não brancas.

É possível notar, diante de tais movimentos, a agenda ambiental inscrevendo na agenda da governança global, não apenas as questões ecológicas, mas também a incorporação de demandas sociais, étnicas e de gênero.

A temática da justiça ambiental e os casos que vêm sendo denunciados no contexto brasileiro colocam em pauta a existência do racismo no país. Porém, um racismo que se exterioriza de maneira mais diversa, da forma que ocorreu nos Estados Unidos. Em tal cenário, a questão ambiental passa a espelhar os anseios da população diretamente afetada pela injustiça socioambiental. É possível ainda verificar que, em determinadas localidades as populações estão sujeitas a maiores ônus ambientais, tendo em vista que muitos dos agentes industriais se localizam em áreas empobrecidas. Conforme bem diz Selene Herculano:

Os casos de exposição a riscos químicos são pouco conhecidos e divulgados, à exceção do estado de São Paulo, tendendo a se tornarem problemas crônicos, sem solução. Acrescente-se também que, dado o nosso amplo leque de agudas desigualdades sociais, a exposição desigual aos riscos

químicos fica aparentemente obscurecida e dissimulada pela extrema pobreza e pelas péssimas condições gerais de vida a ela associadas. Assim, ironicamente, as gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam a exposição desigual à poluição e o ônus desigual dos custos do desenvolvimento (HERCULANO, 2008, p. 5).

É oportuno destacar que as “bandeiras de luta como a justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental comportam o repensar da organização da sociedade, tal como alimenta a emergência e fortalecimento de movimentos sociais com este enfoque” (RANGEL, 2016, p. 133). A luta contra o racismo ambiental guarda íntima relação com o movimento pelos direitos civis norte-americanos na busca por equidade social. A justiça ambiental e defesa dos bens comuns para erradicar o racismo ambiental na busca de políticas ambientais

Segundo Acselrad (2004), a noção de “movimento ambientalista” evocada, no Brasil, criada pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental ampliou-se, elaborando a declaração que viria a designar um conjunto de princípios e práticas para além da questão do racismo ambiental que:

- a) Asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b) Asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- c) Asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- d) Favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (ACSELRAD, 2004, p. 13-20).

A qualificação do racismo ambiental como forma institucionalizada de racismo é bem explicada por Herculano nos seguintes termos:

Os mecanismos e processos sociais movidos pelo racismo ambiental naturalizam as hierarquias sociais que inferiorizam etnias e percebem como vazios os espaços físicos onde territórios estão constituídos por uma população que se caracteriza por depender estreitamente do ecossistema no qual se insere. Em suma, trata-se aqui da construção e permanência de relações de poder que inferiorizam aqueles que estão mais próximos da natureza, chegando a torna-los invisíveis. [...] Assim, nosso racismo nos faz aceitar a pobreza e a vulnerabilidade de enorme parcela da população brasileira, com pouca escolaridade, sem renda, sem políticas sociais de amparo e de resgate, simplesmente porque naturalizamos tais diferenças, imputando-as a ‘raças’. (HERCULANO, 2008, p. 17).

No contexto da justiça ambiental a análise do racismo ambiental, não busca averiguar quem produz o racismo ambiental, mas dados da realidade, reflexos de falhas estruturais no âmbito da sociedade onde se insere esta injustiça ambiental. Além do mais, a análise da escolha locacional para diversos poluentes, têm relação direta com as áreas de maior precariedade e saneamento básico e distribuição de água, por exemplo. Efetivamente constatada a existência de riscos concretos à saúde da população local, ocupadas por minorias étnicas, em áreas de maior privação de serviços públicos, cunha-se o conceito de “conflito ecológico” do autor Martínez Alier (2007).

É a partir do início do séc. XXI, no Brasil, que se observa maior intensificação nas discussões sobre um ambientalismo popular. A justiça ambiental como uma expressão e forma de movimento social contemporâneo ganha maior intensificação, em 2001, com o surgimento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a partir da associação de diversas ONGs e pesquisadores interessados na temática da RBJA que visa ampliar e dar visibilidade às lutas das populações envolvidas. E com a RBJA que é realizado o I Seminário sobre Racismo Ambiental, em 2006, o conceito de racismo ambiental foi formulado como segue:

Chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 20).

Assim, a despeito os esforços de pesquisadores como, Herculano (2008), Alier (2007) e Acselrad (2004), é possível verificar que a discussão sobre a justiça ambiental é ainda embrionária no Brasil. Além de permitir que diferentes movimentos renovem e ampliem o alcance da sua luta ao incorporarem “[...] a dimensão da justiça ambiental, o direito a uma vida digna e em um ambiente saudável” (HERCULANO, 2008, p. 6).

Portanto, debater acerca da justiça ambiental no Brasil demanda incursões históricas, atentando-se para o fato de que isto decorre de processos políticos e sociais específicos. Sobretudo, mostra-se pertinente a adoção do fator “raça” como variável de análise, no que concerne a questões de justiça ambiental. O que cabe, também, questionar as falhas estruturais presentes na sociedade. É o que se apresenta no sub-capítulo seguinte do presente trabalho, que trata das bases da justiça ambiental e, por conseguinte, dos males que fundamentam o termo desastre ambiental na comunidade quilombola de São Sebastião do Burajuba.

## 5.2 O CASO DO QUILOMBO DO BURAJUBA

O termo quilombo tem conotação ideológica, vinculada diretamente a agregação das comunidades, no reconhecimento coletivo de luta para construir melhores condições de vida. Muitas são as comunidades quilombolas no Brasil inseridas no meio urbano. (NASCIMENTO, 1985).

O “conceito de quilombo precisou transformar-se para dar conta da realidade atual dessas comunidades”, comunidades essas “que não são simplesmente um repositório de memória e história, mas também sujeitos concretos que precisam ser incluídos socialmente no que diz respeito a suas tradições” (RANGEL, 2016, p. 135).

É importante destacar que nas comunidades quilombolas há o medo constante de perder os seus bens e de serem deslocados. Esse medo acaba sendo também direcionado à ideia da falta de regulamentação da posse das terras em que vivem.

A titulação de territórios quilombolas é uma forma de combater o racismo ambiental, de modo que combate o projeto colonizador de exploração dos territórios e recursos naturais. A certificação pela Fundação Cultural Palmares é o primeiro passo para o processo de titulação dos territórios.

Atualmente, estima-se que o Brasil possua mais de 5.000 comunidades remanescentes de quilombos. (CONAQ). No município de Barcarena, no estado do Pará, existem cinco comunidades identificadas: Quilombo do Sítio Conceição, São Sebastião do Burajuba, Comunidade Cupuaçu/Boa Vista, Comunidade Quilombola de São João, Comunidade Quilombola Gibiriri/São Lourenço.

A legislação brasileira, atualmente reconhece que para ser considerada uma comunidade quilombola, esta tem que se autoidentificar como tal. A certidão de autodefinição atesta às instituições e órgãos públicos que a comunidade se autodefine como quilombola. A autodefinição como quilombola é o reconhecimento das origens e dos direitos das famílias, de sujeitos protagonistas de suas próprias lutas. Com isso a comunidade tem a possibilidade de ter mais acesso as políticas públicas. E a autodefinição é o primeiro passo para a obtenção da titulação das terras quilombolas, fornecido pelo Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

É nesse do contexto de desastre onde os sujeitos são atingidos, (por grandes empreendimentos poluidores que colocam em risco os territórios de comunidades quilombolas), que é possível observar as comunidades socialmente vulneráveis aos riscos de

lixos industriais, radioativos e químicos, e outros perigos ambientais por elas estarem, geralmente, mais próximas a essas áreas degradadas, o que provoca injustiças ambientais.

Os estudos sobre Justiça Ambiental<sup>13</sup> iniciaram com prévias observações sobre existência de desigualdades e passaram a buscar provas em estudos de casos que documentassem injustiças. Nas comunidades quilombolas, por exemplo, o racismo é elemento estruturante das relações sociais e de poder. E é por esse motivo que são constantemente submetidos a variadas formas de riscos. O seu relacionamento com a terra, com a ancestralidade e com a natureza, os quilombos, ainda sim hoje resistem as injustiças ambientais. (NASCIMENTO, 1985).

Nos Estados Unidos, por exemplo, “os ativistas da justiça ambiental desenvolveram investigações estatísticas para provar que a raça é um indicador geográfico de carga ambiental”. No sentido que os riscos podem sobrecarregar desproporcionalmente as minorias étnicas. (ALIER, 2007, p. 233).

Os riscos é a probabilidade que uma ameaça possa acontecer, causando danos à saúde humana. Além disso, o risco pode estar associado as suas formas de contato “das populações expostas, suas consequências e também da natureza da ameaça – agente físico, químico ou biológico ou um conjunto de condições que possuam o potencial de causar danos”. Os casos de exposição a riscos são pouco conhecidos e divulgados, apesar de “existirem muitos estudos sobre distribuição desigual de fenômenos positivos e negativos associados com grupos culturais, étnicos e sociais, porém nem todos eles explicitam a temática da Justiça Ambiental”. (HABERMANN; GOUVEIA, 2008, p. 4).

A partir daí surge a questão de: como essas externalidades, somadas à lógica do mercado imobiliário e da renda da terra, naturalizam o fato de que bairros pobres ou comunidades se desenvolvam na proximidade de indústrias poluidoras? Ou vice-versa e por estes motivos estes locais sejam os mais negligenciados pelo poder público.

O tema da vulnerabilidade leva ao desenvolvimento de metodologias que tenham como referência estratégias de investigação e avaliação territorializadas. Até porque a segregação tende a expor as comunidades a riscos ambientais que amplificam a vulnerabilidade individual e coletiva aos efeitos poluidores. Grandes empreendimentos se apropriam dos territórios, ao mesmo tempo em que atingem os ecossistemas e a saúde dos indivíduos.

---

<sup>13</sup> Nascida de movimentos sociais nos Estados Unidos a partir da articulação entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis inspirados no líder Martin Luther King, para combater os casos de racismo ambiental que denuncia uma lógica socioterritorial.

A comunidade quilombola São Sebastião do Burajuba, localizada no município de Barcarena-PA, vive num polo industrial das empresas da Hydro. É observável na região, em que a comunidade se encontra inserida, num polo industrial, o que gera sérias privações para as populações locais. Desde o início da atuação da Codebar, a comunidade Burajuba é foco de conflitos. Pois, parte da comunidade foi removida para outra área chamada de Laranjal, a troca de indenizações que muitos moradores alegam não terem sido pagos. Como as famílias estavam habituadas a viver de roça e pesca, retornaram às suas terras, porque não conseguiram se adaptar ao ambiente urbano, o que gerou conflitos com a extinta Codebar.

“Na época tivemos que se alojar em casas de parentes, outras foram morar em pequenas áreas, cedidas pela empresa” (ENTREVISTADO 16).

Alguns dos conflitos aqui analisados são mais recentes. Outros têm uma vasta historicidade. E esse “componente histórico”, de acordo com Alier, “constitui a chave para a noção de ecologismo popular” que é um “conceito que atua como guarda-chuva, [...] para abarcar as preocupações sociais e as formas de ação social nascidas no entendimento de que o meio ambiente é uma fonte de sustento” (2007, p. 347).

Dessa forma, observa-se que o histórico de conflitos ecológicos dos moradores de Burajuba é marcado pelo despejo e reocupação, ao longo desses anos. Mesmo com a violência de que são vítimas, a comunidade não desistiu de viver em Burajuba. E foi por essas e muitas outras dificuldades, que o reconhecimento da comunidade como quilombo foi comemorado como uma grande vitória. Como relata o morador: “Vimos a justiça começando a ser feita.” (ENTREVISTADO 9).

IMAGEM 11: Resistência das famílias do Burajuba, Barcarena (PA)



Foto: MAIA (2018).

No ano de 2013, as famílias da comunidade de São Sebastião do Burajuba entraram em contato com UFPA e solicitaram a pesquisadora Rosa Acevedo Marin, do Núcleo do Altos Estudos Amazônicos (Naea), um estudo que registrasse a história das famílias do Burajuba. Tal estudo concedeu as famílias a certidão de autodefinição, publicada pela Fundação Cultural de Palmares, que posteriormente foi entregue às famílias.

A comunidade do Burajuba se mobilizou pela sua identificação como quilombola, recebendo a Certidão de Autodefinição de Remanescente Quilombola da Comunidade São Sebastião de Burajuba, por meio de portaria em 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 248, em 23 de dezembro de 2013. A certidão representa uma grande vitória diante desses processos de conflitos. (ACEVEDO; MAIA, 2018, p. 31).

Os moradores do quilombo do Burajuba reclamam da falta de direitos básicos, como saneamento, água tratada, saúde, escolas e transporte. A lógica territorial que expõe a comunidade aos riscos e desastres, “determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos” (SILVA, 2011, p. 5). Os depoimentos a seguir ilustram essa percepção em praticamente em todas as narrativas dos atingidos:

“Hoje em dia, meu tio tá se acabando com graves problemas de saúde, principalmente no estômago”. (ENTREVISTADO 6).

“Minha filha está doente. Os cabelos dela estão caindo. É da água cheia de minérios que estamos consumindo”. (ENTREVISTADO 13).

“O impacto quem tá sofrendo duas vezes é a comunidade. Porque sofre com o problema de água, e tudo, de saúde, e também a questão econômica”. (ENTREVISTADO 17).

No município de Barcarena a situação tende a ser mais agravante, pois além da comunidade quilombola do Burajuba outras comunidades vivem em situação de vulnerabilidade social. No estudo analisou-se a alocação de poluentes, depósitos de lixo tóxico, dejetos, bem como as áreas de maior precariedade de saneamento básico e distribuição de água, por exemplo, verificando-se que as localidades mais sujeitas aos respectivos abusos ambientais eram aquelas ocupadas por minorias étnicas.

Além disso, avaliou-se as variações de características socioeconômicas de comunidades no município de Barcarena onde indústrias estão localizadas, para isso utilizou-se dados de saúde, renda per capita e localização territorial. Isto permitiu examinar se as emissões de poluentes das indústrias eram maiores em áreas mais próximas ao polo industrial. Os resultados indicaram que havia correlações entre níveis mais elevados de emissões de poluentes das indústrias localizadas em áreas com níveis de renda mais baixos.

Atualmente, na localidade, as famílias lutam para assegurar os seus direitos, para conseguir a sobrevivência da comunidade, bem como manter vivas as tradições caracterizadoras das populações tradicionais. A mobilização, os enfrentamentos, a articulação com diferentes atores do território e de fora dele, as ameaças, perseguições e intimidações que sofrem essas populações e sobre tudo seus líderes demonstram a permanência de uma situação de tensão ainda longe de ser superada. A resistência contra as grandes empresas é frequentemente uma resistência contra o Estado, pois, poluentes industriais normalmente provocam reações sociais porque são originárias de fontes visíveis.

Como finaliza a presidente da Cainquiama: “cada dia a gente bebe água contaminada, cada dia a gente morre um pouquinho. Isso não é de agora, é de anos. Mas ninguém teve pulso de denunciar”. De denunciar, sim, mas o acolhimento dessa denúncia pelas instituições competentes, o exercício da regulação ambiental com a imposição das exigências cabíveis, para assim imprimir inflexões na racionalidade hegemônica e favorecer uma racionalidade que não seja a do mercado em absoluto, inclusive socialmente e ambientalmente dirigida, estão ainda distante.

Para finalizar, ressalta-se que a coleta e sistematização das informações relativas às ocorrências de injustiças ambientais, bem como as ocorrências de violação de direitos tiveram como referência a comunidade quilombola do Burajuba e não os seus membros e grupos, individualmente considerados. Mesmo tratando-se de uma comunidade autodefinida como quilombola, existe uma história de lutas, de mobilizações de aprendizado político, que hoje se lança no combate à injustiça ambiental.

## 6 MOBILIZAÇÃO, AÇÃO LOCAL E ESTRATÉGIAS SOCIAIS

Os principais temas abordados nesta seção são as formas de ações locais e mobilizações implementadas pela comunidade. A abordagem do conceito e construto de ação local é necessária para o entendimento dos modos pelos quais as mobilizações podem ocorrer a partir do sentimento de pertencimento que o indivíduo estabelece com o seu território, na busca de soluções para problemas comuns. Nesse contexto, é evidenciado que a ação local dos indivíduos visa à capacitação da comunidade para lidar com os problemas sociais que os afetam.

### 6.1 SOBRE A AÇÃO LOCAL

O diálogo como forma de luta social tem crescido muito em determinados lugares, contextos e momentos históricos. Diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos e ações coletivas para questionar padrões de apropriação do território e de seus recursos, contestando a distribuição de poder sobre eles. E é o “campo emergente da ecologia política” que “analisa as relações entre as desigualdades de poder e a degradação do meio ambiente”. (ALIER, 2007, p. 356).

É a partir dessa mobilização política em torno dos direitos e das estratégias de defesa de territórios que surgem os movimentos associativos de comunidades tradicionais. Esses segmentos formam-se a partir de outros seguimentos como o religioso. É uma forma de associativismo para mobilizar ações de luta pela terra, veiculando, igualmente, denúncias variadas de moradores e vítimas de impactos ambientais de infraestrutura de plantas industriais ou agroindustriais, que desestabilizam as formas de existências de comunidades tradicionais.

A capacidade dos atores em se engajarem em ações coletivas em determinados territórios, pode ser compreendido como um “território de ação local”, de debates e ações que geralmente testemunham o interesse dos atores por um espaço de pertencimento, e que ao mesmo tempo é um espaço de mobilização. Os territórios de ação local levam a formação de novos territórios de ações públicas, de reivindicações socioambientais onde se pretende o desenvolvimento sustentável. (TEISSERENC, 2009).

É nessa perspectiva que o território se constitui enquanto um “objeto de reivindicação socioambiental” expressa as lutas de defesa dos lugares de vida das comunidades, que buscam

se apoiar em uma organização coletiva. Um exemplo disso é o Movimento Barcarena Livre - MBL (2016), composto por ativistas, militantes e moradores das comunidades. O movimento nasceu em 2016 durante a organização de dois seminários realizados nos municípios de Belém e Barcarena. Várias lideranças comunitárias, representantes sindicais e moradores participaram da realização desse seminário e decidiram juntar-se a UFPA e atuar coletivamente contra os desastres ambientais, poluição e violação dos direitos territoriais.

O movimento foi organizado para desenvolver ações em defesa dos povos e comunidades tradicionais, e de novos moradores que vem colocando em prática a estratégia de aproximação com outras organizações e associações visando a conquista e estabelecimento de um poder mais consequente das populações tradicionais sobre o território. Barcarena Livre luta contra expropriações, deslocamentos e pela permanência na terra, em defesa dos povos e comunidades tradicionais.

Nesse contexto, Barcarena é caracterizado como um território de ação local no qual diversos atores sociais estão envolvidos em lutas e disputas, onde se confrontam projetos diferenciados quanto ao uso de seus recursos e a ocupação de suas áreas. As populações são levadas a constituir coletivos de resistência, de luta por seus direitos a um território no qual possam garantir condições de manterem seus modos de vida, cultivarem seus saberes e práticas culturais. Tratam-se, os tais coletivos de resistência, de enfrentamentos, de denúncia, de expressões de disputas políticas quanto ao controle do território. Ou seja, um território resultante de relações sociais, produtor de espaços de debate e conflitos abrangendo uma diversidade de atores, engajamentos em ações coletivas, detendo desigualmente o poder sobre ele (BOURDIEU, 1998; TEISSERENC, 2009).

Assim sendo, é possível afirmar que se trata de um território de ação local cujos elementos de justificação para os enfrentamentos remetem ao “desenvolvimento sustentável” (TEISSERENC, 2014). Nele, forças sociais territorializadas materializadas em relações de poder expressando interesses divergentes. Essas forças são representadas pelos atores envolvidos nas ações, tais como os agentes públicos da prefeitura, os representantes dos grupos empresariais e os coletivos de comunidades atingidas pelos efeitos poluidores das atividades industriais e dos remanejamentos. Efeitos dos desastres que tem o poder de negar os direitos dessas comunidades de pescar, de beber da água de rios e igarapés, de plantar, de cultivar seus modos de vida. Contra essa situação se organizam, se mobilizam e lutam, exercendo um poder social.

Poder social aqui é compreendido pela formação de movimentos sociais, de grupos, pela presença de lideranças e representantes de comunidades tradicionais caboclas, indígenas,

quilombolas, de ribeirinhos que lutam pelos seus direitos territoriais, pelo exercício de seus saberes e práticas, de seus modos de vida. Aglutina-se a estes segmentos organizados um trabalho de assessoria aos movimentos, de acompanhamento especializado dos desastres e da violação de direitos por políticas econômicas excludentes. Na busca não apenas de entender

se os danos provocados atingem as espécies não humanas e as futuras gerações de seres humanos, mas também busca identificar se alguns setores da humanidade ressentem-se de um fardo desproporcional promovido pela degradação ambiental da atualidade. (ALIER, 2007, p. 356).

Nesse trabalho de assessoria encontram-se a UFPA, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) com apoio e participação de professores e alunos, a Igreja católica, as ONGs, sindicatos, o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Pará (MP – PA) e agências de jornalismo independentes. Nessa perspectiva pode-se afirmar a existência de um espaço público de debates entre desiguais em termos de poder e interesses. Ainda que as forças econômicas e o poder local detenham parcela majoritária do capital político, é preciso reconhecer Barcarena também como um território de ação pública definida como “um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidades, conteúdos e projetos de ator” (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012, p. 21).

Um dos instrumentos de ação pública implementada no município provêm das estratégias da sociedade na realização de Fóruns, como um espaço de diálogo e referência para a gestão de problemas públicos, para promover transformações de ordem social e ambiental. Dessa forma, as ações públicas por meio dos fóruns visam articular estratégias e meios para enfrentar os problemas socioambientais através da mobilização de atores locais. Um trabalho que envolve a conexão com um público visível, na lógica de uma “sociologia pública orgânica” de tornar visível o que é invisível (BURAWOY, 2006).

As razões de engajamento nessas ações estão na busca de novas “estratégias de resistência de articulação de lutas específicas e elaboração de formas de atuação” (HAZEU; NASCIMENTO; COSTA, 2017). De um lado, a presença das empresas que fazem uso do poder econômico, atuando junto às comunidades com projetos diversos na lógica do assistencialismo social gerando um “poder de atraso”, ao invés de políticas públicas efetivas que promovam a qualidade de vida (NAHUM, 2011). Tal situação está ilustrada no seguinte relato:

“Aqui pra gente eles dão dentadura, dão máquina de costura. Outra vez deram alguns computadores para a associação que nem funcionavam direito e em outra falaram que queriam fazer um sistema de hidráulica pra gente. Mas com essa água? Com essa água a gente não quer. Ah, e eles também dão cesta básica de vez em quando. Depois de serem responsáveis de matar

nossos rios, frutos, peixes e toda a nossa plantação”. (ENTREVISTADO 22).

Os movimentos e as ações dos segmentos sociais atingidos desfavoravelmente pelos danos causados ao ambiente pelas atividades de minério são expressões de ações por justiça ambiental. Uma forma de revelar vozes que denunciam injustiças ambientais sofridas, e que são organizadas em redes ou coletivamente em defesa dos seus direitos. Essas lutas se nutrem continuamente, em virtude dos problemas enfrentados por cada comunidade do território.

Portanto, pelo que se acompanha, atores localmente desenvolvem, materializam relações e agem em diferentes escalas – ambiental, social, cultural, econômica e política – fazendo do território um suporte onde estratégias e ações com vistas a um desenvolvimento que seja social e ambientalmente sustentável. Neste contexto as populações tradicionais de forte relação com o meio ambiente são as que sofrem mais com a poluição e contaminação dos recursos naturais.

Do ponto de vista socioantropológico é um problema com dimensões culturais e sociais que envolvem: violação dos direitos, violência simbólica, racismo ambiental, dentre outros. E a emergência e existência de movimentos sociais e ações contra os prejuízos e as ameaças à existência dos povos tradicionais traduz uma luta pela afirmação de suas identidades, bem como em defesa de um ambiente equilibrado, dos seus direitos socioterritoriais e de seus modos de vida.

Quando se faz referência aos problemas dos grupos raciais minoritários na Amazônia, em geral, costuma-se ignorar a existência das comunidades negras e os impactos dos projetos sobre elas. Isso porque estudos de impacto ambiental e o relatório de impacto de meio ambiente (EIA-RIMA), só constata a presença de minérios, florestas, rios, etc. Como se a floresta não fosse habitada e sim “vazia”, remetendo aquela velha noção de “vazio demográfico”. (LOUREIRO, 2014).

A respeito disso o autor Carmo alega o seguinte, “os espaços hoje ocupados pelas empresas não eram ‘vazios’, existia produção de vida social e cultural materializada no imaginário social e na memória social das famílias agrícolas presentes na região”. Ainda de acordo esse mesmo pesquisador, o “desconhecimento proposital dessas populações garantiu a invisibilidade necessária para justificar os projetos de infraestrutura industrial e de ocupação/assentamento da região, o que, no limite, cooperou para a ausência de políticas sociais necessárias à realidade amazônica” (CARMO, 2017, p. 77).

É nesta permanente ameaça de poluição e deslocamentos que tem levado a formação de centros comunitários e novas organizações como a Cainquiama (que reúne diversas populações étnico raciais, contra os acidentes e injustiças). O fortalecimento dos movimentos sob as vozes de suas lideranças femininas singularizam-se na medida em que são elaborados tipos de estratégias nas lutas, contra as ações da política desenvolvimentista e de instalação das empresas mineradoras.

Neste sentido, as organizações das comunidades quilombolas, a exemplo da Cainquiama, e das diversas organizações, associações, coordenações, fóruns e comissões estaduais, municipais, conduzem a luta política do povo, feita pelo povo e para o povo. As organizações populares das comunidades quilombolas passaram a orientar-se, por advogadas e advogados parceiros dos quilombos que ampliaram suas estratégias de atuação, e que têm em comum a disposição para as lutas pelos direitos das comunidades quilombolas.

## 6.2 ESTRATÉGIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA CAINQUIAMA

As situações que foram levantadas nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que expõem e denunciam as formas nefastas de violência, também contam histórias de lideranças e protagonismos das associações na luta dos seus territórios. São sujeitos protagonistas de suas próprias lutas que passaram a assumir papéis de liderança pública, e começam a transitar em diferentes lugares de debate político e compartilhamento das experiências de lutas.

Barcarena, como grande parte dos municípios brasileiros, não possui estrutura adequada de saneamento básico e de serviços de saúde. Nesse espaço de comunidades tradicionais e desastre, o mundo urbano é praticamente um enclave em meio à floresta (CARMO; COSTA, 2015). Além dos desastres ambientais constantes e a consequente contaminação dos corpos hídricos, causando prejuízos consideráveis à saúde da população, a degradação ambiental que incide no município reflete um processo de desigualdade social em termos de injustiça ambiental (ACSERALD, 2009).

De acordo com os moradores da região: “as crianças, não podem mais brincar mais nos quintais”, pois: “O solo é poluído”. “O ar é poluído”. “A água é poluída” e “os frutos não vigam”. E isso é um dos efeitos do desastre nas transformações das estruturas sociais e das relações sociais que emerge a identidade de “atingido”, um “processo de se fazer reconhecer como sujeitos de direitos afetados nesse contexto crítico” (ZHOURI *et al.*, 2017, p. 30).

O ano de 1989 marca o momento em que muitos encontros e iniciativas deram origem as diversas formas de movimentos sociais, associações e grupos que lutam por interesses dos povos e comunidades tradicionais. São “unidades de mobilização” que aglutinam grupos sociais diferenciados, a exemplo da Cainquiama (Associação de Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia) uma associação formada por moradores das comunidades, com a finalidade de pressionar autoridades públicas e auxiliar os moradores locais em situações de desastre. A associação esboça uma força política que aglutina laços de solidariedade de grupos em situações sociais diferenciadas. A “unidade de mobilização” representa os moradores prejudicados pelo derramamento de rejeitos da Hydro nos rios e igarapés da região. (ALMEIDA, 1989).

A Cainquiama é uma forma de resistência coletiva, onde os moradores se reúnem para tratar das ações civis públicas, de indenizações por danos ambientais, sociais e morais, bem como a descontaminação do rio Murucupi. As ações das comunidades se politizam, principalmente aquelas que contam com o apoio da igreja, sindicatos ou centros comunitários. No entanto, ao mesmo tempo em que alimenta as estratégias sociais e políticas da comunidade, também paralisa a resistência ao sentimento de insegurança e impotência diante da dinamização da indústria e da atividade portuária exportadora no município.

No caso da Entrevistada 1, que é presidente da associação Cainquiama, a sua trajetória de luta e resistência que dura a quase pelo menos 40 anos é pelo direito de permanecer no território dos seus antepassados. A sua luta, reforça que “o ativismo das mulheres no movimento pela justiça ambiental e no ecologismo dos pobres tem sido de mote significativo e com frequência determinante”, em defesa do seu território, do bem comum e do bem viver apresentado no capítulo *Sobre o Bem Viver*. (ALIER, 2007, p. 283).

A presidente nasceu em Barcarena, no Pará, e mora na comunidade quilombola de São Sebastião de Burajuba, onde vivem descendentes de escravos dos engenhos de cana de açúcar que existiram na região até 1989. Sua casa fica a 1 km da DRS-1 e a 1,2 km da DRS-2, as bacias de rejeitos da mineradora norueguesa Hydro Alunorte, que fabrica alumina a partir da bauxita, minério abundante em solo amazônico. De sangue quilombola e indígena segundo a mesma, é uma das lideranças femininas nas lutas por direitos das comunidades tradicionais.

“Eu não tenho medo, porque Deus está comigo, mas a minha filha fica nervosa com todo carro desconhecido que passa perto de casa. Nós sabemos que corremos riscos. Mas eu faço o que é certo, eu luto pela minha comunidade.” (ENTREVISTADA 9).

“(…) Não desejo que meus netos e bisnetos tenham de herança a luta contra a empresa.” (ENTREVISTADA 1).

A experiência dos efeitos do desastre ao logo do tempo é assimilada de certa forma como uma espécie de continuidade das lutas – “eu luto pela minha comunidade” –, tornando-se por diversas vezes instrumento político na luta por direitos e reparação de danos. Uma outra expressão que evidencia é a “resistência” como caminho para a sustentabilidade como sugeriu o título do livro *O Ecologismo dos Pobres* (2007), de Juan Martínez Alier. Eventualmente, “os atores de tais conflitos são reticentes em se assumir como ambientalistas ou ecologistas, que de resto é terminologia recente na história social. Os grupos sociais envolvidos nesses enfrentamentos são diversos” (ALIER, 2007, p. 347).

Não importa se quilombola, poderia ser também um agricultor e/ou pescador, ou indígena, mas, a presidente tem sido uma das principais vozes a denunciar as irregularidades ambientais das duas principais mineradoras em Barcarena, a norueguesa Hydro e a Imerys, empresa francesa que explora o minério caulim. Ela é presidente da associação desde quando as atividades das referidas empresa foram iniciadas e com elas as ocorrências das violações às exigências ambientais, crimes cujas vítimas são também as comunidades. Como resume a Presidente:

“(…) Pararam com as nossas atividades, porque envenenaram o nosso solo. O ar, a chuva ácida, a água. A mandioca tem que ficar de molho. Não dá mais. Os cupuaçu eram grandão, agora é uma bolinha de nada. Metade podre, metade boa. Não tem mais produção.” (ENTREVISTADA 1).

O engajamento de mulheres em ações coletivas na luta por direitos de territórios reivindicados recusam o significado da “descontinuidade cultural” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 457). Termo esse que significa que perdendo seu território de referência e de ocupação as comunidades perdem sua territorialidade. No entanto, para Marin e Maia (2018, p. 24), “mulheres engajadas nessa reação contribuem para as ações coletivas das comunidades e o fortalecimento dos movimentos sociais. Por meio das memórias e vozes das mulheres, percebemos as lutas por direitos, as estratégias de permanência e de retorno aos territórios”.

As comunidades quilombolas, como também a agricultora e/ou pescadora, ou indígena, vivem em constante situação de conflito com a empresa norueguesa de mineração Hydro Alunorte, que atua na região a quatro décadas. A questão central é que Burajuba está numa posição muito desfavorável face aos desastres já ocorridos e os riscos novos, causados pela industrialização da bauxita e essa comunidade reage. Porque esse cenário tem sido marcado por assassinatos, em que o conflito tem como elemento central o território e a violação de seus direitos.

De acordo com a CONAQ e a Terra de Direitos, os quilombos sofreram processos múltiplos de violação de direitos mapeados em 2017. A contextualização do qual decorrem essas violações é por vários tipos de situações. No quilombo do São Sebastião do Burajuba, a violação de direitos ocorre por: ameaças, perseguição e intimidação, assassinatos, contaminação por agrotóxicos ou poluição das águas e perda ou possibilidade de perda do território por invasão e/ou intervenção de terceiros. (CONAQ, 2018).

São muitos e variados os silenciamentos e violações que são impostos. Os assassinatos presentes em quilombos possuem relação direta com sua defesa e garantia de permanência no território. Segundo dados do relatório da ONG inglesa Global Witness (2017), que investiga e faz campanhas para mudar o sistema, expondo as redes econômicas por trás de conflitos, corrupção e destruição ambiental, o Brasil é o país onde mais são assassinados aqueles e aquelas envolvidos na defesa dos direitos coletivos às riquezas naturais da Amazônia.

Um líder comunitário representante da Cainquiama foi assassinado por questionar as operações da empresa Hydro Alunorte, cujos resíduos tóxicos atingiram os rios e igarapés. É a segunda liderança da Cainquiama assassinada, o que expõe o clima de terror dos integrantes da associação. As lideranças denunciam crimes ambientais das mineradoras e conflitos fundiários. Todos os assassinados tem algo em comum, eram envolvidos em manifestações contra os impactos socioambientais.

“Ele era um homem de luta, muito envolvido nas manifestações. Deixou a esposa e um filho de 12 anos.” (ENTREVISTADO 20).

Outros representantes da associação também estão sendo perseguidos. A exemplo da presidente da associação que é alvo de ameaças de morte, invasões em sua casa, e já teve arma apontada na cara. Apesar dessas ameaças, ela lidera a Cainquiama, uma coalizão em meio a muitas outras comunidades que estão entre as mais perseguidas da Amazônia. Que resistem e tentam sobreviver ao crime.

Para dar visibilidade aos conflitos e as violações vividas, a presidente da associação passou a frequentar esses diversos espaços sociais de diálogo, como fóruns, reuniões e debates. Que são protagonizados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, etc., que lutam pelos seus modos de vida, dos seus territórios. Nas suas defesas incansáveis pelo direito de viver um modo de vida próprio das comunidades quilombolas, criam associações de moradores para facilitar as negociações e registros.

As narrativas quilombolas das trajetórias de luta política em defesa de seus *Bem Comum e Bem Viver*, mostram e reforçam a construção de lideranças de formação coletiva,

mediante sentimentos de exclusão e do progresso industrial imposto. O papel de lideranças dos quilombolas em defesa dos seus territórios é parte permanente deste cenário de interesses políticos e econômicos transnacionais que se expandem sobre os territórios. E é o que acontece na comunidade quilombola de São Sebastião do Burajuba, ao defenderem seus espaços e seus modos de vida da contaminação das águas e dos rios, constitui-se não apenas como uma luta ao racismo ambiental, mas a sobrevivência dos quilombos. (TERRA DE DIREITOS, 2018, p. 23).

Sendo assim, nesse contexto, os que lutam por justiça ambiental e pelo bem viver, são pessoas que correm risco de vida dada a natureza de seus engajamentos. Elas são perseguidas e juradas de morte por defender o que compreendem como seus direitos. Frente a essas denúncias estão mulheres pobres, negras, ribeirinhas que estão sendo ameaçadas por denunciar a contaminação dos rios.

A violação de direitos em quilombos como a contaminação das águas e dos rios devido as atividades de mineração, acarreta não apenas ameaças à saúde das comunidades quilombolas. Mas coloca em risco a flora, a fauna e sobretudo a desagregação social, cultural e econômica do território. O lamento da moradora da comunidade do Burajuba reforça essa violação dos direitos: “a água não serve pra mais nada”, confirma a contaminação real dos mananciais e dos poços artesianos por substâncias tóxicas.

Sendo assim, mostrar a trajetória de luta política dos quilombolas, tendo em vista todo o cenário de lutas sociais pelo direito de viver e receber proteção ambientalmente justa, protagonizados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, extrativistas, etc., constitui a “construção de um sujeito histórico” em ação manifestando suas insatisfações no âmbito de desafios socioambientais. E são movimentos como esses que caracterizam lutas por justiça ambiental (HOURTART, 2007, p. 14).

## CONCLUSÃO

À luz do que foi exposto e discutido nesta dissertação, as lutas por justiça ambiental e contra o racismo ambiental, enquanto categorias analíticas, estão intimamente relacionadas à sua emergência como um dispositivo político na luta de movimento sociais diversos que têm internalizado a questão ambiental em suas pautas reivindicatórias. Nesse sentido, tornou-se uma referência recorrente na história recente dos movimentos sociais de comunidades quilombolas que lutam pelos seus direitos.

As mobilizações e ações locais em Barcarena, pelo referencial da justiça ambiental, demonstraram populações tradicionais incorporando referências, ferramentas argumentativas através do qual estão traduzindo a complexidade das relações socioambientais, os usos sociais e políticos dos recursos naturais para a sobrevivência dessas populações. Além do mais, a mobilização é uma “forma que os moradores utilizaram para chamar atenção do poder público, das empresas e da imprensa local sobre a degradação ambiental nos corpos hídricos próximos as empresas, e lutar para ter condições de utilizar a água desses corpos hídricos com condições satisfatórias” (BORDALO *et al.*, 2017, nº 58).

No acompanhamento da trajetória da Cainquiama e do quilombo do Burajuba, os problemas ambientais são importantes e devem ser discutidos, principalmente em um ambiente em que as populações tradicionais enxergam e sentem esses problemas. Os seus conflitos são reais. Elas possuem uma vivência direta e dramática com as piores manifestações de poluição e de agressões ambientais.

Os resultados da pesquisa documental e do acompanhamento direto das ações nas quais tem se envolvido a Cainquiama, demonstraram a ausência dos poderes públicos na realização de uma gestão dos bens comuns adequada à garantia do bem estar dessas populações cujas relações com o território contribuem para o seu equilíbrio ecossistêmico. Ao contrário dos efeitos deletérios das atividades mineradoras, comumente identificadas com o progresso e o desenvolvimento, a modernidade e o crescimento econômico, cujos benefícios, ainda que existam, não são alcançados, pelas populações caboclas, indígenas ou quilombolas.

E é na concepção do sentimento de pertencimento e do *Bem Viver* que se enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, nas mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Reconhece-se que as diferenciadas, organizações e lutas dos movimentos sociais em Barcarena estão ligados à denúncia da violência e destruição do meio ambiente. E é com o protagonismo de grupos sociais e

comunidades tradicionais, que surgem as estratégias de resistência, onde a força das mulheres negras têm sido observada em pesquisas acadêmicas recentes.

No contexto da mineração é imprescindível que as empresas adotem um viés sociopolítico e socioambiental ao exercerem as suas atividades industriais. Pois devido a magnitude dos impactos que essa atividade pode acarretar, as empresas devem se preocupar com questões de preservação ambiental, cultural sobretudo no que diz respeito ao patrimônio das populações tradicionais que buscam viver em harmonia com seus bens comuns.

Embora existam muitas pesquisas sobre o acesso e gestão da água, bem como sobre os impactos socioambientais e riscos aos moradores de Barcarena. Notou-se a ausência de estudos nas quais fatores como populações tradicionais, modo de vida e atividades poluidoras como a mineração componha em determinado território uma questão central. A invisibilidade das situações dessas populações quanto aos problemas ambientais foi considerada como um indicador de uma distribuição desigual dos efeitos das alterações no ambiente que acompanham a exploração mineral.

Devido ao seu ineditismo, constatou-se uma escassez de pesquisas empíricas referentes à justiça ambiental, encontrando-se apenas discussões teóricas. A temática da justiça ambiental é uma proposta metodológica importante para estudos de base espacial, sobre as causalidades de estruturas sociais, como, a localização dos empreendimentos que coloca em risco as populações locais, caracterizando um contexto de injustiça ambiental.

Recomenda-se que outros estudos sejam feitos sobre a importância da participação dos sujeitos em projetos; estudos que discorram sobre a eficácia da intervenção social baseada em processos participativos; estudos sobre autogestão nas comunidades para que as intervenções feitas tenham continuidade e sejam geridas pela própria comunidade.

Por conseguinte, na falta de pesquisas empíricas, a dissertação procurou apresentar estudo concreto servindo como motivação para outros estudos. Igualmente, espera-se que este estudo teórico e empírico sirva como ponto de partida para futuras pesquisas relacionadas ao tema, com o objetivo de abrir debates e reflexões sobre o *Bem Viver* e Justiça ambiental em comunidades quilombolas, que, mesmo com diferentes propostas, podem permitir acertos, erros e reduções, estimulando a reflexão individual e coletiva de alternativas possíveis para construir um mundo mais sustentável.

Portanto, o estudo buscou identificar os desafios postos ao acesso aos recursos e as respostas em termos de justificativas, de mobilizações e ações das populações enquanto resistências, confrontos e negociações, com a mineradora; em segundo lugar, as ações locais da Cainquiama junto à comunidade quilombola São Sebastião do Burajuba, na Vila dos

Cabanos. Em terceiro lugar, a visualização de suas resistências dialogadas com a referência da justiça ambiental ao acesso a bens comuns. Mediante os constantes desastres socioambientais em Barcarena o estudo propôs apresentar um estudo sociológico, da descrição histórica do tempo presente das resistências desta comunidade que convive com a injustiça ambiental e o aniquilamento do desenvolvimento, no decorrer de mais de quarenta anos de instalação do complexo industrial de Barcarena.

Conseqüentemente, cabem algumas questões para o debate, como: a desproteção dos rios, das matas, das populações locais e como a “indústria de licenciamentos” atrai muitas empresas internacionais devido ao fraco controle ambiental. Além disso, coloca em discussão a estrutura de regulação e fiscalização dos grandes empreendimentos e as ações governamentais por meio de políticas públicas de meio ambiente eficazes.

Além do mais, pode se dizer que o reordenamento territorial de Barcarena voltado para o um modelo de desenvolvimento sustenta uma estrutura desigual da distribuição dos riscos ambientais em torno das atividades da mineração, cuja injustiça ambiental é o epicentro da luta por justiça ambiental, e é sentida pelas populações que compõem o território. E enquanto a mineradora estiver atuando no município e o Estado não se responsabilizar pelo bem público, o meio ambiente e todos os seus recursos naturais, não há solução para a degradação e para o racismo ambiental estruturado.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; MAIA, Rosane. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. In: Dossiê: desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. Cadernos Pagu, Campinas, s/v, n. 52, s/p, novembro. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n52/1809-4449-cpa-18094449201800520005.pdf> >. Acesso em: março. 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520005>.

ACSELRAD, Henri (Org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_, Henri. “Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas”. In: HERCULANO, S.; PÁDUA, J. (orgs). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Demará, 2004.

\_\_\_\_\_, Henri (Org.). O que é Justiça Ambiental. Rio De Janeiro: Garamond, 2009. 160 p. ISBN: 9788576171591.

\_\_\_\_\_, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Rio de Janeiro: Estudos Avançados, 24(68), 2010.

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p.

ALIER, Joan Martínez. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Maurício Waldman (trad.). São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - Uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean. Na trilha dos Grandes Projetos. Modernização e conflito na Amazônia. Belém: Cardenos NAEA/UFGPA N° 10, 1989.

BARROS, Márcio. Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena-Pará. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal do Pará (UFGPA), Belém/Pará, 2009, 139p.

BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchii/Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar. 2005. 110p.

\_\_\_\_\_, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar. 2007. 110p.

BRASIL. [AGUIAR, Paulo Roberto (autor)]. Código de águas: e legislação correlata (atualizado até maio de 2020). In: Brasil. [Código de água (1934)]. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70322> >, acesso em 12/05/2019.

BRITO, Daniel. A Modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFGPA/NAEA/PDTU, 2001.

BORDALO, Carlos; FERREIRA, Diego; SILVA, Flávia. Conflitos socioambientais pelo uso da água em comunidades ribeirinhas no nordeste paraense: o caso das bacias hidrográficas dos rios Murucupi e dendê no município de Barcarena-Pa. In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada: I Congresso Nacional de Geografia Física, 2017. Anais Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento. Campinas: Instituto de Geociências – Unicamp, 2017. Volume 1. p. 323-334. Doi: <https://doi.org/10.20396/sbgfa.v1i2017.1803>.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1998.

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. In: Revista de Ciências Sociais, n. 25, p. 9-50, outubro, 2006.

BRISOLA, E.; MARCONDES, N. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. Revista ciências humanas – UNATEC, São Paulo, v. 4, n. 1. 2011. Disponível em: < <http://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/9> >. Acesso em: 20 de abr. 2019.

CARMO, Monique; COSTA, Sandra. Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena (PA). Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana Curitiba, v. 8, n. 3, 2016. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692016000300291&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692016000300291&lng=pt&tlng=pt) >. Acesso em 21 de outubro de 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.AO01>.

CARMO, Eunápio; CASTRO, Edna; PATRÍCIO, Júlio. “Mineração, neo-extrativismo e conflitos em Barcarena”. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 18, n. 3, p. 51-71, set-dez. 2015.

CARMO, Eunápio. Desastres e tensões em Barcarena à luz de disputas territoriais. In: Castro, Edna: Territórios na Amazônia – saberes, rupturas e resistência. Belém: NAEA, 2017.

CARMO, Eunápio; PATRÍCIO, Júlio. Mobilidade e dinâmica socioeconômica em Barcarena (Amazônia Oriental – Estado do Pará): conflitos, redes e novas territorialidades. In: Seminário Internacional da rede Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalización Y Territorio (RII), 13, 1 a 4 set. 2014, Salvado. Disponível em: < [http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais\\_xiii/gt1/gt1\\_eunapio.pdf](http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt1/gt1_eunapio.pdf) >. Acesso em: 03 dez. 2019.

CASTRO, Edna; HEBETTE, Jean (Orgs.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflitos na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria. Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1994.

CASTRO, Edna. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna (Org.). Territórios na Amazônia: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017, 408p.

\_\_\_\_\_, Edna. Territórios na Amazônia – saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017, 408p.

CRISCUOLO, Paulo. Beneficiamento do caulim duro das bacias dos rios Capim e Jari através do processo de agregação seletiva. Dissertação de Mestrado. Universidade de Minas Gerais, 5 de dezembro de 2009. Disponível em: < [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MAPO7RCJ67/paulo\\_s\\_rgio\\_criscuollo.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MAPO7RCJ67/paulo_s_rgio_criscuollo.pdf?sequence=1) >. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

CORTEZ, D. La construcción social del “Buen Vivir” (Sumak Kawsay) en Ecuador. Aportes: Andinos, 2011.

COELHO, Maria; MONTEIRO, Maurílio; SANTOS, Ivaneide. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 11, n.1, p. 141-178, jun. 2004. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/264/412> >. Acesso em: 03 dez. 2019.

COELHO, Maria; MIRANDA, Elis; WANDERLEY, Luis; GARCIA, Tomás. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. Belém: Novos Cadernos NAEA. v.13, n.2, p.83-102, 2010.

COUSIN, C. S. Pertencimento ao lugar e a formação de educadores ambientais: um diálogo necessário. In: EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 7, 2013, Rio Claro – SP. Anais. 2013. Disponível em: < <http://www.epea.tmp.br> Acesso 02 jan. 2020.

COSTA, Antônio Firmino. A pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, Augusto; PINTO, Madureira. (Orgs.). Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento, 1987, 2ªed.

GASTAL, C. A; PILATI, R. Escala de Necessidade de Pertencimento: Adaptação e Evidências de Validade Psico-USF. Bragança Paulista, v. 21, n. 2, p. 285-292, 2016

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010. 175p.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GLOBAL WITNESS. A que preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017. Disponível em: < [https://www.globalwitness.org/documents/19394/Defenders\\_report\\_portuguese-7\\_WVVwc95.pdf](https://www.globalwitness.org/documents/19394/Defenders_report_portuguese-7_WVVwc95.pdf) >. Acesso em 03/ 07/2018

GUDYNAS, E. Buen Vivir: Today’s tomorrow. Revista Development, 54(4), 441-447, 2011.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: revista Extractivismo, política y sociedad. Quito: CLAES, 2009. p. 187-225.

HABERMANN, Mateus; GOUVEIA, Nelson. Justiça Ambiental: uma abordagem ecossocial em saúde. Revista Saúde Pública, 2008; 42(6):1105-11

HAZEU, Marcel Theodoor. O não-lugar do outro: sistemas migratórios e migrações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo

de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v. 3, n. 1, artigo 2, jan./abril, p. 1-20 2008. ISSN 1980-0894

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). *Racismo ambiental: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. I Encontro da ANPPAS, GT Teoria e Ambiente. São Paulo: Indaiatuba, outubro, 2002.

HENRIQUES, Alen Batista; PORTO, Marcelo Firpo Souza. A insustentável leveza do alumínio: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (11), p.3223-3234, 2013.

HAZEU, Marcel; NASCIMENTO, Nádia; COSTA, Solange. Luta social de comunidades tradicionais e trabalhadores em Barcarena (PA). In: (Org.) 12º Encontro Nacional de Política Social. Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social. Vitória: ES, Brasil, 2017. ISSN 2175-098x

HAZEU, Marcel. Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena. In: CASTRO, Edna. *Territórios na Amazônia – saberes, rupturas e resistências*. Belém: NAEA, 2017, 408p.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. S/c: s/e, 2007. ISBN 978987118367-8. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.20.doc> >. Acesso em: 08/09/2018.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. IBRAM. Relatório anual. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM. Relatório Anual de Atividades Minerárias (Julho de 2017/Junho 2018). Brasília, 2018. Disponível em: < [http://portaldaminerao.com.br/ibram/wpcontent/uploads/2018/07/Diagrama%C3%A7%C3%A3o\\_Relat%C3%B3rioAnual\\_vers%C3%A3oweb.pdf](http://portaldaminerao.com.br/ibram/wpcontent/uploads/2018/07/Diagrama%C3%A7%C3%A3o_Relat%C3%B3rioAnual_vers%C3%A3oweb.pdf) >. Acesso em: 30. Ago. 2018 >. Acesso em: 4/03/2018

OLIVEIRA, Leidemar; SOARES, Prycila. Comunidades de Barcarena farão protesto contra danos ambientais. 22/09/2018. Disponível em: < <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-488671-comunidades-de-barcarena-farao-protesto-contradanos-ambientais.html> >. Acessado em: 25/03/2019

LASCOUMES, Pierre. *Sociologia da Ação Pública* (tradução de George Sarmento). Maceió: Edufal, 2012.

LEITE, J. S. (Org.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2004a.

LEONEL, Mauro. A morte social dos rios. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 1998.

LOUREIRO, Violeta R. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. Belém, Cultural Brasil, 2014, 3ª ed.

LAVELL, Thomas Allan. Ciencias sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso. Revista EURE, 1993, 19.58.

MOURA, Maria; FERREIRA, Edila. Da Farinha ao Alumínio: os Caminhos da Modernização na Amazônia. In. CASTRO, Edila. (Org). Industrialização, desorganização e reorganização do Espaço. Belém: editora da UFPA, 1995.

MAIA, Rosane. Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MAIA, Rosane de Oliveira Martins; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. Anais do 38º Encontro Annual da ANPOCS, Caxambu- MG, 2014.

MURPHY, R. Rationality and nature. Boulder, CO: Westview Press, 1994.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo. SP, v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: < <http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59> >. Acesso em: 23 de fev. 2019

MPF. Comissão Externa das Bacias de Rejeitos de Mineração em Barcarena/PA. 2018

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2009. 269p.

NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena. Geosul, v.23, n.45, 2008.

\_\_\_\_\_, João Santos. Usos do território e poder do atraso em Barcarena (Pará). In: Revista Colombiana de Geografia, vol.20, nº1, 2011.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. “Por uma história do homem negro”. Revista de Cultura Vozes, 68 (1), 1974: 41-45

\_\_\_\_\_, Maria Beatriz. “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”. Revista Afrodiáspora, n. 6-7, 1985: 41-49.

PAIVA, Aparecida. O sentimento de pertencimento social no engajamento comunitário: um estudo de caso no bairro Jardim Felicidade, em Belo Horizonte. Minas Gerais: Dissertação

(Mestrado em gestão Social, Educação e desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, 2018.

RIBEIRO, José; SILVA, Leila. A mineração no Estado do Pará e as barragens de rejeito: o paradigma entre a exploração e os impactos negativos decorrentes. In: COSTA, Beatriz Souza (Orgn) Anais do “V Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Pan-Amazônia - Integrar e Proteger” e “I Congresso da Rede Pan-Amazônia”. Belo Horizonte: Editora Dom Helder, 2018. V/s. 122 – 139.

RADCLIFFE, S. A. Desenvolvimento para uma era pós-neoliberal? Sumak kawsay, viver bem e os limites para a descolonização no Equador. Revista Geoforum, 43(2), 240-249, 2012.

SILVA, Lays Helena Paes. Ambiente e Justiça: racismo ambiental no contexto brasileiro. In: XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. Anais. Cidade: Revista e-cadernos CES, 07-10 ago. 2011, p. 01-16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>; DOI: <http://doi.org/10.4000/eces.1123> Acesso em: 28 set. 2019.

SILVA, Flávia Adriane Oliveira da. Por uma gestão das águas na Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi. Barcarena – PA. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA; C. N. da *et al.* Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará – Brasil): População, arrecadação e segurança pública. Revista Espacios, Cidade, vol. 38, n.º, n.6, p. 24. Setembro. 2017. ISSN 07981015

TEISSERENC, P. Les territoires de l’action publique. In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, G. Miranda; MAGALHÃES. Sônia (orgs.) Território de desenvolvimento e ações públicas. Belém: Edufpa, p. 23-64. 2009.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: da reivindicação socioambiental ao debate acadêmico”. In: Revista Sociologia e Antropologia (do) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 04.01: 97 – 125, junho, 2014.

TERRA, Alessandra; MIRANDA, Napoleão; CÂMARA, Andreza Aparecida Franco. A insegurança hídrica no município de governador valadares (MG) decorrente do desastre tecnológico de mariana (MG). Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF. 09 e 12 de dezembro de 2018.

Terra de Direitos. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. Terra de Direitos (Org.), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. p.196

TEIXEIRA, J. B.; OLIVEIRA, Edelweis. A política social da Albrás destinada às populações ribeirinha. In CASTRO, E.; Moura, E.; Maia, M. (Org.). Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPa, 1995, p. 261-284

THOMSON, B. P. Pachakuti: perspectivas indígenas, buen vivir, Sumaq kawsay e decrescimento. Revista Desenvolvimento, Palgrave Macmillan; Society for International Deveopment. Vol.54 (4), p. 448-454, 2011.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (Orgs.). A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambeintais. Belo Horioznte: Ed. Autêntica, 2005.

**APÊNDICE A:****ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES****Nome:** \_\_\_\_\_**Idade:** \_\_\_\_\_**Sexo:** \_\_\_\_\_

1. Sempre morou aqui?
2. Na sua casa moram quantas pessoas?
3. Profissão: (O que faz para ganhar a vida)?
4. Quais são os tipos de fontes d'água que você conhece na cidade?
5. Qual tipo é o melhor? Porque?
6. A família tem água suficiente para seu uso?
7. Onde a família consegue água?
8. Quais são as principais causas que dificultam, hoje, a disponibilidade de água na comunidade?
9. Você considera a água de boa qualidade? Tem água encanada? Desde quando? Água que usam para o consumo vem de onde?
10. A comunidade possui associação de moradores? Como é a sua relação com a associação?

**APÊNDICE B:****ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO EM BARCARENA-PA**

INSTITUIÇÃO: -----

ENDEREÇO: -----

SETOR DE ATUAÇÃO: -----

DATA DA ENTREVISTA: -----

ENTREVISTADO (A) -----

**PERGUNTAS**

- 1) Qual o seu trabalho na associação? Cargo? Desde quando?
- 2) Como é a relação da associação com a comunidade?
- 3) Qual a relação da associação com o poder público?
- 4) Quais as principais bandeiras de lutas da associação?
- 5) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela associação no contexto territorial das atividades de mineração?
- 6) A associação tem alguma participação no processo de gestão do município? De que maneira isso acontece?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não
- 7) Quais as principais estratégias da associação face aos problemas ambientais enfrentados?

**ANEXO A****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO E USO DE  
DEPOIMENTOS**

Eu \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora aluna Amanda Mesquita Cristo, sob a orientação da Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, do projeto de pesquisa intitulado JUSTIÇA AMBIENTAL EM TERRITÓRIO DE DESASTRES: UMA AÇÃO LOCAL DE RESISTÊNCIA EM SÃO SEBASTIÃO DO BURAJUBA / BARCARENA (PA), a realizar gravações que se façam necessários e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dos meus depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Participante da pesquisa

---

Pesquisador responsável pelo projeto

\*Em duas vias

**ANEXO B****AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS**

Eu, \_\_\_\_\_ AUTORIZO a coleta de dados do projeto: “JUSTIÇA AMBIENTAL EM TERRITÓRIO DE DESASTRES: UMA AÇÃO LOCAL DE RESISTÊNCIA EM SÃO SEBASTIÃO DO BURAJUBA / BARCARENA (PA)”.realizado pela pesquisadora Amanda Mesquita Cristo, sob a orientação da Professora Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, para fins de pesquisa do Mestrado em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rua Augusto Corrêa,01, Campos Universitário do Guamá, Belém, Pará, Brasil – CEP 66.075.110.

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do entrevistado